

Dezembro 2025

Demonstrações financeiras consolidadas e
relatório dos auditores independentes

VOTORANTIM



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Votorantim S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas da Votorantim S.A. ("Companhia") e suas controladas, que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2025, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.



Votorantim S.A.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas contábeis internacionais (IFRS *Accounting Standards*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção

Índice

Demonstrações financeiras consolidadas

Demonstrações

Balanço patrimonial consolidado.....	11
Demonstração consolidada do resultado.....	13
Demonstração consolidada do resultado abrangente.....	13
Demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido.....	15
Demonstração consolidada dos fluxos de caixa.....	16

Considerações gerais

1.Considerações gerais.....	18
2.Apresentação das demonstrações intermediárias consolidadas condensadas.....	26
3.Mudanças nas práticas contábeis e divulgações.....	33
4.Estimativas e julgamentos contábeis críticos.....	35

Riscos

5.Gestão de risco socioambiental.....	37
6.Gestão de risco financeiro.....	37

Ativo

7.Instrumentos financeiros por categoria	48
8.Qualidade dos créditos dos ativos financeiros	50
9.Caixa e equivalentes de caixa	50
10.Aplicações financeiras	52
11.Contas a receber de clientes	53
12.Estoques	54
13.Tributos a recuperar	55
14.Partes relacionadas	56
15.Investimentos	57
16.Imobilizado	60
17.Intangível.....	62

Passivo e patrimônio líquido

18.Empréstimos, financiamentos e debêntures	65
19.Direito de uso em arrendamentos	74
20.Risco sacado a pagar.....	76
21.Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	77
22.Provisões.....	80
23.Uso do bem público	87
24.Benefícios pós-emprego	88
25.Patrimônio líquido	91

Resultado

26.Receita líquida dos produtos vendidos e dos serviços prestados	96
27.Abertura do resultado por natureza.....	97
28.Outros resultados operacionais.....	99
29.Resultado financeiro líquido.....	99

Informações suplementares

30.Ativos mantidos para venda e operações descontinuadas	101
31.Benefícios fiscais.....	103
32.Gestão de capital.....	103
33.Eventos subsequentes	104

Resumo do desempenho de 2025

A Votorantim apresentou, mais uma vez, resultados sólidos e positivos, fruto da capacidade de gerir o portfólio de maneira estratégica, da alocação de capital eficiente e da resiliência das empresas do portfólio.

Na visão consolidada, os resultados da Votorantim incluem as operações da Votorantim Cimentos, Nexa, Acerbrag, Altre, 23S Capital e Reservas Votorantim. Os resultados do banco BV, Auren, Motiva, Citrosuco e Hypera são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial.

A Companhia encerrou 2025 com uma receita líquida consolidada de R\$ 47,6 bilhões. A Votorantim Cimentos apresentou uma dinâmica positiva de preços, apesar do impacto da maior inflação em seus custos. Na Nexa, também houve um movimento semelhante em suas respectivas dinâmicas de preço, em virtude dos maiores preços dos metais na LME (London Metal Exchange).

O Ebitda ajustado consolidado totalizou R\$ 11,5 bilhões. O desempenho reflete o resultado recorde alcançado pela Votorantim Cimentos pelo terceiro ano consecutivo, impulsionado pela disciplina na execução de seu mandato estratégico. Soma-se a isso o desempenho positivo da Nexa, cuja margem operacional avançou devido à gestão de custos, e aos melhores preços praticados. O lucro líquido encerrou o ano em R\$ 4,8 bilhões, um aumento de 482% na comparação com 2024.

A dívida líquida consolidada encerrou o ano em R\$ 11,7 bilhões, resultando em uma alavancagem financeira, medida pela relação dívida líquida/ Ebitda ajustado, de 1,01x. Com uma posição financeira robusta, níveis de alavancagem adequados e ampla liquidez, a Votorantim segue administrando sua estrutura de capital com prudência enquanto continua investindo na evolução do seu portfólio.

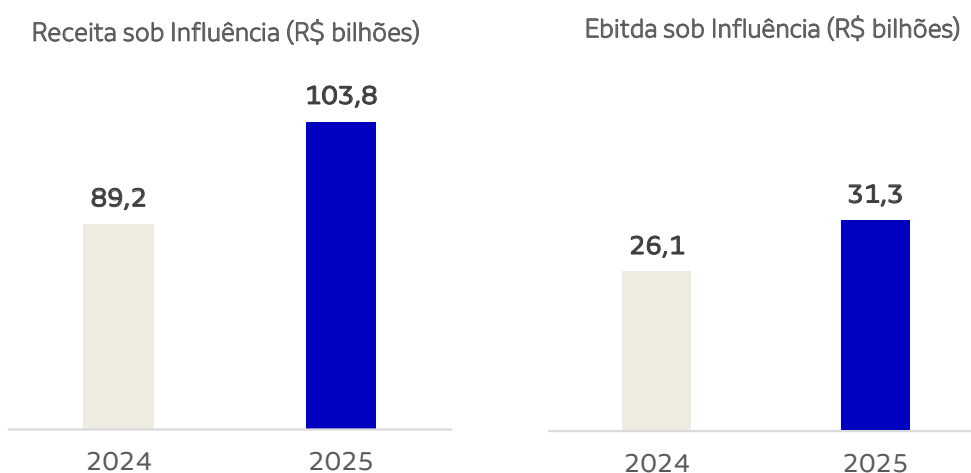
Em janeiro de 2026, a Votorantim celebrou contrato de compra e venda da totalidade de sua participação na CBA, cuja conclusão permanece condicionada ao cumprimento de aprovações regulatórias e concorrenciais. Em decorrência da transação, as operações do segmento de alumínio foram classificadas, em 2025, como ativos mantidos para venda e operações descontinuadas e, por essa razão, deixaram de ser consideradas na consolidação dos resultados da Votorantim.

Em 2025, a Companhia obteve a reafirmação do grau de investimento pelas três principais agências de classificação de risco — Moody's, S&P Global e Fitch Ratings — todas com perspectiva estável, que reafirmaram, respectivamente, as notas de crédito "Baa3", "BBB" e "BBB", destacando a solidez do perfil de negócios, a diversificação do portfólio e a crescente exposição a setores com potencial de crescimento. Com isso, a Votorantim se manteve como a única empresa brasileira não listada com grau de investimento pelas três principais agências de classificação de risco do mundo.

A transformação segue presente na essência do negócio. Em 2025, a Votorantim evoluiu seu portfólio de forma responsável e consistente com a estratégia de longo prazo, sempre preservando seu DNA e seguindo a condução de forma gradual, segura e alinhada aos seus princípios. Houveram avanços relevantes nas estratégias de negócio das empresas, com foco na ampliação da competitividade e na otimização de operações.

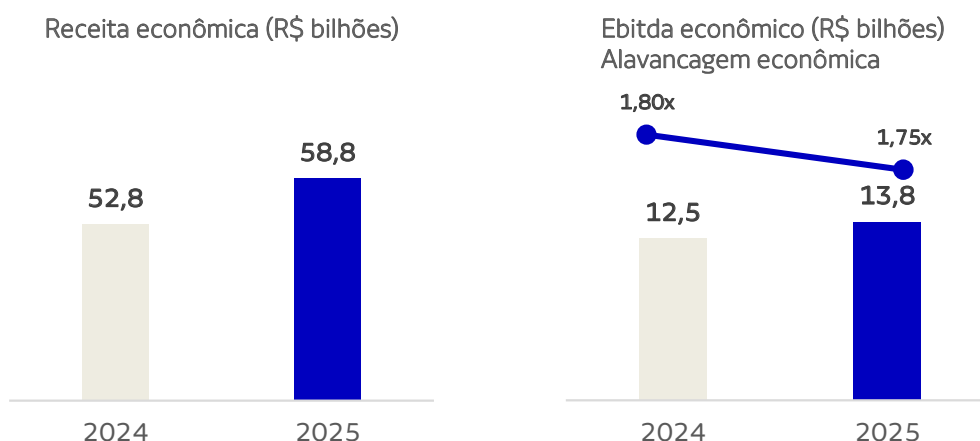
(a) Receita Líquida e Ebitda sob Influência

Desta forma, a visão consolidada das demonstrações financeiras já não captura plenamente a dimensão dos negócios. Por isso, tornou-se necessário acompanhar o desempenho de forma a refletir adequadamente a participação da Votorantim em todas as suas empresas. As métricas gerenciais, que nomeamos de Receita líquida sob Influência e Ebitda sob Influência, trazem uma visão ampla do portfólio ao considerar a soma dos resultados de todas as empresas nas quais a Votorantim é acionista de referência, seja como controlador individual ou em controle compartilhado. Dentro deste conceito, a Receita líquida sob Influência atingiu R\$ 103,8 bilhões e o Ebitda sob Influência totalizou R\$ 31,3 bilhões.

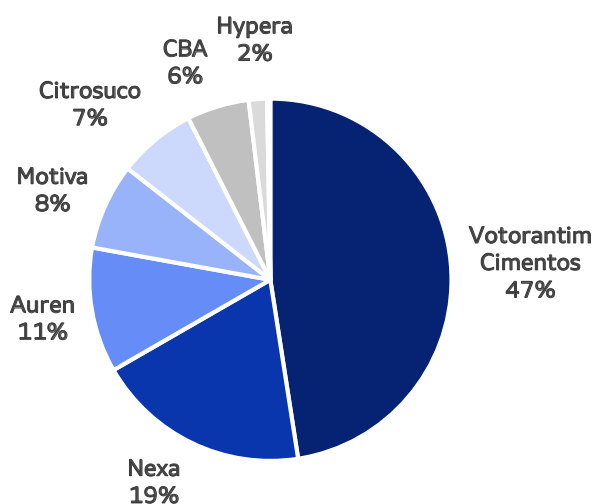


(b) Receita líquida econômica e Ebitda econômico

A Companhia também adota outras métricas gerenciais nomeadas de Receita líquida econômica e Ebitda econômico, que somam a receita líquida e o Ebitda de cada uma das empresas de modo proporcional às participações que a Votorantim possui em cada uma delas. Sob esse conceito, a Votorantim obteve uma Receita líquida econômica de R\$ 58,8 bilhões e um Ebitda econômico de R\$ 13,8 bilhões em 2025, um crescimento de 11% e 10%, respectivamente, em relação ao ano anterior.



Distribuição Ebitda econômico



VOTORANTIM BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 | Em milhões de reais

	Nota	2025	2024
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	9	13.777	14.799
Aplicações financeiras	10	2.849	3.338
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1	91	80
Instrumentos financeiros - ações	1.1.2 (c)		4.492
Contas a receber de clientes	11	3.416	3.272
Estoques	12	6.581	9.074
Tributos a recuperar	13	985	1.173
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber		121	163
Securitização de recebíveis		267	325
Outros ativos		853	891
		28.940	37.607
Ativo classificado como mantido para venda	30	14.466	1.973
Total do ativo circulante		43.406	39.580
Não circulante			
Aplicações financeiras	10	280	147
Instrumentos financeiros - ações		1.040	2.040
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1	726	1.007
Tributos a recuperar	13	1.333	1.702
Partes relacionadas	14	107	188
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21	3.446	3.707
Depósitos judiciais	22 (b)	1.012	798
Outros ativos		760	358
		8.704	9.947
Investimentos	15	21.796	23.367
Propriedades para investimento		1.214	623
Imobilizado	16	36.354	41.753
Intangível	17	12.762	14.631
Direito de uso em arrendamentos	19	2.421	2.246
Ativos biológicos		23	72
Total do ativo não circulante		83.274	92.639
Total do ativo		126.680	132.219

VOTORANTIM BALANÇO PATRIMONIAL CONSOLIDADO
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 | Em milhões de reais

	Nota	2025	2024
Passivo			
Circulante			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	1.046	808
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1	305	467
Instrumentos financeiros - <i>offtake agreement</i>	6.1.1	113	15
Arrendamentos	19 (b)	566	584
Risco sacado a pagar	20	3.749	3.329
Fornecedores		6.666	8.139
Salários e encargos sociais		1.380	1.551
Tributos a recolher		1.434	1.256
Adiantamento de clientes		164	127
Provisões	22	322	498
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar		1.063	241
Uso do bem público - UBP	23	66	146
Contratos futuros de energia		35	159
Receita diferida - <i>streaming</i> de prata		100	196
Outros passivos		1.313	1.622
		18.322	19.138
Passivos diretamente associados a ativos classificados como mantido para venda	30	9.452	479
Total do passivo circulante		27.774	19.617
Não circulante			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	24.777	29.704
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1	423	1.114
Instrumentos financeiros - <i>offtake agreement</i>	6.1.1	238	107
Arrendamentos	19 (b)	1.968	1.784
Imposto de renda e contribuição social diferidos	21 (b)	2.959	3.936
Partes relacionadas	14	30	94
Provisões	22	3.002	3.466
Uso do bem público - UBP	23	624	1.656
Benefícios pós-emprego	24	367	393
Contratos futuros de energia		97	563
Receita diferida - <i>streaming</i> de prata		399	429
Obrigações a pagar com investidas	15		2.151
Outros passivos		1.540	1.866
Total do passivo não circulante		36.424	47.263
Total do passivo		64.198	66.880
Patrimônio líquido			
	25		
Capital social		28.656	28.656
Reservas de lucros		19.183	20.956
Ajustes de avaliação patrimonial		7.476	8.608
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		55.315	58.220
Participação dos acionistas não controladores		7.167	7.119
Total do patrimônio líquido		62.482	65.339
Total do passivo e do patrimônio líquido		126.680	132.219

VOTORANTIM DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 | Em milhões de reais

	Nota	2025	2024 (Reapresentado) Nota 2.4
Operações continuadas			
Receita líquida dos produtos vendidos e dos serviços prestados	26	47.593	43.678
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	27	(36.966)	(34.197)
Lucro bruto		10.627	9.481
Receitas (despesas) operacionais			
Com vendas	27	(1.378)	(1.248)
Gerais e administrativas	27	(2.813)	(2.655)
Outros resultados operacionais	28	431	(1.194)
		(3.760)	(5.097)
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro		6.867	4.384
Resultado de participações societárias			
Equivalência patrimonial	15	1.425	952
		1.425	952
Resultado financeiro líquido			
Receitas financeiras	29	2.177	2.142
Despesas financeiras		(6.784)	(3.816)
Variações cambiais e efeitos de hiperinflação, líquidos		458	(1.244)
		(4.149)	(2.918)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social das operações continuadas		4.143	2.418
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente		(1.722)	(1.935)
Diferido		1.290	201
	21	(432)	(1.734)
Lucro líquido das operações continuadas		3.711	684
Operações descontinuadas			
Lucro líquido das operações descontinuadas	30	1.122	146
Lucro líquido do exercício		4.833	830
Atribuível a			
Acionistas da Companhia			
Lucro líquido das operações continuadas		2.550	808
Lucro líquido das operações descontinuadas		1.092	102
Participação de não controladores			
Lucro líquido (prejuízo) das operações continuadas		1.161	(124)
Lucro líquido das operações descontinuadas		30	44
Lucro líquido do exercício		4.833	830
Quantidade de ações, em milhares		18.278.789	18.278.789
Resultado básico e diluído por lote de mil ações atribuíveis aos acionistas da Companhia, em reais			
Das operações continuadas		139,51	44,20
Das operações descontinuadas		59,74	5,58

VOTORANTIM DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RESULTADO ABRANGENTE
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 | Em milhões de reais

	2025	2024 (Reapresentado) Nota 2.4
Lucro líquido do exercício	4.833	830
Outros componentes do resultado abrangente a serem classificados no resultado		
Atribuíveis a acionistas controladores		
Variação cambial de investidas no exterior	(2.364)	6.363
<i>Hedge accounting</i> de investimentos no exterior, líquido de efeitos tributários	100	(178)
<i>Hedge accounting</i> operacional de investidas, líquido de efeitos tributários	368	(477)
Valor justo de ativos disponíveis para venda	147	(141)
Participação em outros resultados abrangentes das investidas	(35)	(7)
Realização de outros resultados abrangentes de investidas	165	
Atribuíveis a acionistas não controladores		
Variação cambial de investidas no exterior	(409)	856
<i>Hedge accounting</i> de investimentos no exterior, líquido de efeitos tributários		(36)
<i>Hedge accounting</i> operacional de investidas, líquido de efeitos tributários	130	(160)
Participação em outros resultados abrangentes das investidas	(192)	(34)
	(2.090)	6.186
Outros componentes do resultado abrangente que não serão classificados no resultado		
Atribuíveis a acionistas controladores		
Reavaliações dos benefícios de aposentadoria, líquidas de efeitos tributários	(9)	232
Ajuste a valor justo de ações, líquido dos efeitos tributários	43	(197)
Realização de valor justo de ações, líquido dos efeitos tributários	450	(180)
Risco de crédito de dívidas avaliadas ao valor justo	3	(15)
Participação em outros resultados abrangentes das investidas		(348)
Atribuíveis a acionistas não controladores		
Risco de crédito de dívidas avaliadas ao valor justo	1	(2)
Reavaliações dos benefícios de aposentadoria, líquidas de efeitos tributários	4	
	(1.598)	5.676
Total do resultado abrangente do exercício	3.235	6.506
Atribuível a		
Acionistas da Companhia		
Operações continuadas	1.418	5.788
Operações descontinuadas	1.092	174
Participação de não controladores		
Operações continuadas	695	500
Operações descontinuadas	30	44
	3.235	6.506

VOTORANTIM DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 | Em milhões de reais

	Nota	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Ajustes de avaliação patrimonial	Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Patrimônio líquido total
		Incentivos fiscais	Legal	Retenção					
Em 1º de janeiro de 2024	28.656	10	1.705	18.876		3.556	52.803	6.951	59.754
Resultado abrangente do exercício									
Lucro líquido (prejuízo) do exercício					910		910	(80)	830
Outros componentes do resultado abrangente				528		5.052	5.580	624	6.204
				528	910	5.052	6.490	544	7.034
Contribuições e distribuições para acionistas									
Dividendos distribuídos				(940)			(940)	(307)	(1.247)
Redução de capital social de acionistas não controladores								(69)	(69)
Reversão de dividendos mínimos obrigatórios				83			83		83
Destinação do lucro líquido do exercício									
Constituição de reserva legal			45		(45)				
Dividendos mínimos obrigatórios					(216)		(216)		(216)
Retenção de lucros				649	(649)				
Total de distribuições para acionistas			45	(208)	(910)		(1.073)	(376)	(1.449)
Em 31 de dezembro de 2024	28.656	10	1.750	19.196		8.608	58.220	7.119	65.339
Em 1º de janeiro de 2025	28.656	10	1.750	19.196		8.608	58.220	7.119	65.339
Resultado abrangente do exercício									
Lucro líquido do exercício					3.642		3.642	1.191	4.833
Outros componentes do resultado abrangente				(450)		(1.132)	(1.582)	(466)	(2.048)
				(450)	3.642	(1.132)	2.060	725	2.785
Contribuições e distribuições para acionistas									
Dividendos distribuídos	1.1.1 (a)			(4.316)			(4.316)	(560)	(4.876)
Reversão de dividendos mínimos obrigatórios	1.1.1 (a)			216			216		216
Redução de capital de acionistas não controladores								(117)	(117)
Destinação do lucro líquido do exercício									
Constituição de reserva legal			182		(182)				
Dividendos mínimos obrigatórios					(865)		(865)		(865)
Retenção de lucros				2.595	(2.595)				
Total de distribuições para acionistas			182	(1.505)	(3.642)		(4.965)	(677)	(5.642)
Em 31 de dezembro de 2025	28.656	10	1.932	17.241		7.476	55.315	7.167	62.482

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas.

VOTORANTIM DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 | Em milhões de reais

	Nota	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social			
Operações continuadas		4.143	2.418
Operações descontinuadas		948	(31)
		5.091	2.387
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa			
Depreciação, amortização e exaustão	16, 17 e 19	5.170	4.903
Equivalência patrimonial	15	(1.425)	(1.082)
Juros, variações monetárias e cambiais		1.931	3.646
Reversão de <i>impairment</i> de imobilizado e intangível	28	(510)	(178)
Perda (ganho) líquida na venda de imobilizado e intangível	28	(30)	376
Ajuste a valor justo de ativos e passivos	18 (b)	32	282
Ajuste a valor presente e reavaliações		429	433
Ajuste a valor justo de ações		(259)	24
Constituição de provisões, líquidas	11, 12 e 22	166	418
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1 (a)	104	4
Instrumentos financeiros - <i>Offtake agreement</i>	29	272	5
Constituição de crédito de IR pago no exterior		(834)	(572)
Adição de lucro no exterior IN 1520/14		1.014	645
Perda (ganho) líquida com instrumentos financeiros - <i>put option</i>		1.471	(144)
Ganho líquido na venda de investimentos		(1.053)	(231)
Contratos futuros de energia	28	(60)	(149)
Perda (ganho) líquida na renegociação de dívidas	18	(11)	22
Perda na antecipação de recebíveis		139	
Realização de outros resultados abrangentes de investidas		165	
		11.802	10.789
Decrécimos (acrécimos) em ativos			
Aplicações financeiras		129	2.091
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1 (a)	(36)	25
Contas a receber de clientes		(981)	1.059
Estoques		61	(938)
Tributos a recuperar		(304)	(175)
Partes relacionadas		87	103
Depósitos judiciais		(227)	(829)
Securitização de recebíveis		29	
Demais créditos e outros ativos		177	(432)
Acrécimos (decrécimos) em passivos			
Risco sacado a pagar		833	(221)
Fornecedores		(393)	(994)
Salários e encargos sociais		112	2
Tributos a recolher		500	(704)
Adiantamento de clientes		279	(30)
Uso do bem público - UBP		76	51
Demais obrigações e outros passivos		(217)	944
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		11.927	10.741
Juros pagos sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	6.1.1 e 18	(2.518)	(1.801)
Juros pagos sobre uso do bem público - UBP		(144)	(148)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(2.144)	(629)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		7.121	8.163
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Recebimento de instrumentos financeiros derivativos	6.1.1 (a)	22	(454)
Aquisição de instrumentos financeiros - ações		(439)	(454)
Aquisição de imobilizado	16 (a)	(6.191)	(5.341)
Aquisição de propriedade para investimento		(301)	(252)
Aquisição de investimento		(212)	
Aquisição de intangível	17	(602)	(541)
Aumento de capital em investidas	15 (c)	(180)	(63)
Recebimento pela venda de imobilizado e intangível		185	715
Recebimento de dividendos e JCP		1.247	1.298
Recebimento - <i>put option</i>	1.1.2 (c)	2.798	
Recebimento pela venda de investimentos		2.068	578
Caixa líquido aplicado em atividades de investimento		(1.605)	(4.060)

VOTORANTIM DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 | Em milhões de reais

Fluxo de caixa das atividades de financiamento (i)			
Captações de recursos	18 (c)	10.941	9.541
Liquidação de empréstimos, financiamentos e debêntures	18 (c)	(9.481)	(9.539)
Liquidação de contratos de arrendamentos	19 (b)	(1.017)	(898)
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1 (a)	21	(30)
Redução de capital de acionistas não controladores		(117)	(69)
Pagamento de dividendos		(4.889)	(1.640)
Caixa líquido aplicado em atividades de financiamento		(4.542)	(2.635)
Acréscimo em caixa e equivalentes de caixa		974	1.468
Efeito de oscilações nas taxas cambiais		(728)	1.551
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		14.799	11.780
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		15.045	14.799
Incluído em caixa e equivalentes de caixa		13.777	14.499
Incluído em ativos mantidos para venda		30	1.268
Principais transações que não afetaram o caixa			
Aquisição de imobilizado	16 (a)	(363)	(410)
Captação de empréstimos - Propriedades para investimento	18 (c)	297	
Novos contratos de arrendamentos	19	(1.289)	(973)

(i) As demais transações das atividades de financiamento que não impactaram caixa estão apresentadas na Nota 18 (h).

1. Considerações gerais

A Votorantim S.A. ("Companhia", "Controladora" ou "VSA") é uma *holding* de investimentos de longo prazo, brasileira, de controle familiar. Com sede na cidade de São Paulo, tem por objetivo administrar bens e empresas, podendo participar em outras companhias de qualquer natureza, no interesse de suas finalidades.

A Companhia atua, por meio de suas controladas e coligadas, nos seguintes segmentos: materiais de construção, financeiro, energia renovável, mineração e metalurgia, suco de laranja, infraestrutura, aços longos, imobiliário, farmacêutico, investimentos e gestão ambiental.

1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2025

1.1.1 Dividendos recebidos e pagos

(a) Distribuição de dividendos pela VSA

Em 2025, a Companhia deliberou distribuições de dividendos à sua controladora Hejoassu Administração S.A., no montante de R\$ 4.316, correspondente à parte do saldo da conta de "reservas de lucros". Os pagamentos foram realizados em 11 de março, 21 de agosto de 2025 e 19 de dezembro de 2025.

A Companhia também deliberou pela reversão dos dividendos mínimos obrigatórios de R\$ 216, referentes ao exercício de 2024.

(b) Distribuição de dividendos pela controlada Votorantim Cimentos S.A. ("VCSA")

Em 2025, a VCSA aprovou distribuições de R\$ 3.019 em dividendos. Desse total, R\$ 213 referem-se aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, enquanto o valor remanescente foi distribuído a partir da conta de "reservas de lucros" do mesmo exercício. Os pagamentos foram realizados nas seguintes datas: 28 de fevereiro, 28 de abril, 2 de julho e 20 de agosto de 2025.

(c) Distribuição de dividendos pela controlada em conjunto Auren Energia S.A. ("Auren")

Em abril de 2025, a Auren aprovou a distribuição de R\$ 60 em dividendos, sendo R\$ 23 atribuíveis à VSA, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, os quais foram pagos no dia 5 de maio de 2025.

(d) Reembolso de *share premium* de ações pela controlada Nexa Resources S.A. ("Nexa")

Em maio de 2025, a Nexa aprovou uma distribuição de caixa aos acionistas de aproximadamente USD 13 milhões (R\$ 75), dos quais USD 9 milhões (R\$ 52) foram pagos à VSA em 27 de junho de 2025, referente ao reembolso de *share premium* de ações, de acordo com a política de dividendos que entrou em vigor em janeiro de 2025.

(e) Distribuição de dividendos e Juros sobre Capital Próprio ("JCP") pela controlada indireta em conjunto Banco Votorantim S.A. ("Banco BV")

Em 2025, o Banco BV aprovou a distribuição de R\$ 1.210 em JCP e dividendos. Após a aplicação da alíquota de 15% de imposto sobre o JCP, o valor líquido destinado a cada acionista foi de R\$ 543. Os pagamentos foram realizados em: 16 de abril, 17 de julho, 19 de setembro, 17 de outubro, 19 de dezembro de 2025 e 15 de janeiro de 2026.

(f) Distribuição de dividendos pela coligada Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A. ("Motiva")

Em 2025, a Motiva aprovou distribuição de R\$ 975 em dividendos, sendo R\$ 101 atribuíveis à VSA. Os pagamentos foram realizados nas seguintes datas: 6 de maio, 15 de agosto e 19 de dezembro.

(g) Distribuição de JCP pela controlada em conjunto Hypera S.A. ("Hypera")

Em 2025, a Hypera aprovou a distribuição de R\$ 740 em JCP. Após a aplicação da alíquota de 15% de imposto, o valor líquido atribuível à VSA é de R\$ 66. O pagamento será realizado até o final de 2026. Ainda, em 17 de dezembro de 2025, a Companhia recebeu R\$ 44 referentes às deliberações realizadas em 2024.

(h) Distribuição de dividendos pelas controladas Acergroup S.A. e Acerholding S.A.

Ao longo de 2025, a Acergroup S.A. e a Acerholding S.A. aprovaram a distribuição de R\$ 456 em dividendos, os quais foram pagos integralmente até o final do exercício.

1.1.2 Operações societárias

(a) Aumento de participação e indicação de conselheiros na Hypera

No dia 10 de março de 2025, a Companhia passou a deter 11,02% (8,97% em 2024) do capital social da Hypera.

No dia 18 de março de 2025 a Companhia e o bloco de controle da Hypera formalizaram um acordo de voto para eleição de membros do Conselho de Administração da Hypera, de modo que, na Assembleia Geral Ordinária, realizada no dia 25 de abril de 2025, foi aprovada a eleição de dois membros indicados pela Companhia.

Em decorrência deste evento, a Companhia passou a deter influência significativa sobre a investida, classificando as ações a partir de então como investimento em coligada e a avaliá-las pelo método de equivalência patrimonial, em atendimento ao CPC 18 / IAS 28 - Investimento em coligada, controlada e empreendimento controlado em conjunto.

VOTORANTIM

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 | Em milhões de reais

Em julho de 2025, a Companhia, em conjunto com os acionistas do bloco de controle da Hypera, celebrou um novo Acordo de Acionistas, a fim de disciplinar o exercício de direitos políticos e patrimoniais destes acionistas. A eficácia do Acordo de Acionistas foi aprovada pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) em agosto de 2025.

O referido acordo estabelece, dentre outros aspectos, regras para o exercício do direito de voto, transferência e oneração de ações, administração da companhia, governança corporativa e resolução de conflitos entre os acionistas. Os signatários passaram a compor um bloco de controle conjunto da Hypera, com decisões coordenadas por meio de reuniões prévias obrigatórias para matérias relevantes.

Desta forma, a Companhia passou a classificar sua participação na Hypera como investimento em empreendimento controlado em conjunto (*joint venture*), avaliando-o pelo método da equivalência patrimonial, em conformidade com o CPC 18 (R2) / IAS 28 – Investimento em coligada, controlada e empreendimento controlado em conjunto.

Os montantes relativos às aquisições de ações, classificados até então como instrumentos financeiros avaliados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, foram reclassificados para a rubrica de “Investimentos”.

No quadro a seguir são detalhados os saldos da Hypera e os impactos contábeis da operação para a Companhia:

	Valor
Reclassificação das ações classificadas em Instrumentos Financeiros – ações – custo	2.338
Reclassificação das ações classificadas em Instrumentos Financeiros – ações – valor justo	(690)
Total da contraprestação transferida classificada como investimento	1.648

De acordo com os CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos financeiros, a reclassificação de alterações de valor justo reconhecidas em outros resultados abrangentes não deve transitar pelo resultado do exercício, e podem ser transferidas para retenção de lucros no patrimônio líquido. Considerando isso, a Companhia optou pela reclassificação do valor justo do instrumento financeiro, líquido dos impostos diferidos, reconhecido até então na rubrica “Ajustes de avaliação patrimonial”, no patrimônio líquido, para a rubrica “Retenção de lucros”, conforme detalhado a seguir:

	Valor
Reclassificação das ações classificadas em Instrumentos Financeiros – ações – valor justo	(690)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	235
Valor líquido reclassificado	(455)

A operação não se configura como uma combinação de negócios, uma vez que não houve aquisição de controle pela Companhia, mas sim a formalização de controle conjunto. Dessa forma, a diferença entre o valor pago ao valor líquido dos ativos identificáveis é reconhecida como ágio (não amortizável – sujeito ao teste de *impairment* conforme IAS 36) ou mais valia (podendo ser amortizável – a depender da alocação) dentro do próprio investimento. Dado o tempo necessário para a elaboração do laudo por consultoria externa, a Companhia realizou a alocação como saldo de ágio referente à diferença entre o custo de aquisição e valor contábil da participação adquirida, a qual poderá ser ajustada após a conclusão do laudo de avaliação.

	Valor
Valor do patrimônio líquido da Hypera – Em 30 de abril de 2025	11.811
(-) Participação após as aquisições das ações (11,02%)	(1.302)
Contraprestação transferida	1.647
Ágio na aquisição de investimento	345

(b) Venda das operações na Tunísia e Marrocos pela controlada indireta Votorantim Cimentos EA Inversiones, S.L. ("VCEA")

Em março de 2025, a subsidiária Votorantim Cimentos EA Inversiones S.L ("VCEA", anteriormente apresentada como "VCEAA" nas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2024) concluiu a venda de todos os seus ativos localizados na Tunísia, relacionados às operações da Societe Les Ciments de Jbel Oust e Societe Granulats Jbel Oust, para a empresa Sinoma Cement Co. Ltd.

Em junho de 2025, a subsidiária VCEA concluiu a venda de todos os seus ativos localizados no Marrocos, relacionados às operações Grabemaro S.A., Asment de Temara S.A., Asment Du Centre S. A. e Societé Marocaine SMBRM, para a empresa Heidelberg Materials.

(c) Conclusão da opção de venda ("put option") com a ArcelorMittal Brasil S.A. ("AMB")

Em abril de 2018, a Companhia passou a deter participação minoritária de 2,99% na ArcelorMittal Brasil S.A. ("AMB"), equivalente a participação econômica de 15% do negócio de aços longos. Em atendimento às regras contábeis, o investimento foi reconhecido como instrumento financeiro avaliado a valor justo por meio do resultado, de acordo com o CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos financeiros.

Em março de 2022, a Companhia exerceu uma opção de venda da totalidade das ações detidas na AMB e o valor da opção estava sendo discutido em processo arbitral, tendo sido o montante de R\$ 936 recebido em janeiro de 2023 a título de adiantamento.

Em 18 de junho de 2025, foi celebrado acordo entre as partes para encerramento da arbitragem, com homologação em 22 de julho de 2025 e previsão de pagamento em quatro parcelas ao longo de 3 anos.

Em 31 de julho de 2025, a Companhia recebeu a primeira parcela no valor de R\$ 1.115 e transferiu a titularidade das ações.

Em novembro de 2025, os demais recebíveis foram antecipados, conforme detalhado abaixo:

Total de recebíveis junto à AMB	1.825
(-) Desconto aplicado na operação	(139)
Valor líquido recebido pela Companhia	1.683

(d) Aquisição de negócio de concreto pela controlada St. Marys Cement Inc. ("St. Marys")

Em maio de 2025, a VCNA Prairie LLC, subsidiária integral da controlada indireta St. Marys, sediada em Chicago, Illinois, EUA, adquiriu ativos operacionais das empresas Rogers Ready Mix & Materials, Inc. e Roger Transportation Services, Inc. A transação foi contabilizada como uma combinação de negócios.

(e) Acordo societário – Citrosuco S.A. Agroindústria

Em 2 de dezembro de 2025, a Companhia, a Citro-Fischer Coöperatief U.A., a 4F Capital N.V., a Citrosuco S.A. Agroindústria (“Citrosuco”) e a Golden Participações em Commodity S.A. (“Golden”) celebraram um Contrato de Compra e Subscrição de Ações prevendo a entrada da Golden na Citrosuco por meio de (i) aporte de capital e (ii) aquisição de participação dos atuais acionistas.

Em 31 de dezembro de 2025, a operação ainda dependia do cumprimento de condições precedentes, incluindo aprovações concorrenciais. Em linha com o IFRS 5 / CPC 31 Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operações Descontinuadas, a Administração avaliou que, na data-base, estavam atendidos os critérios de venda altamente provável, de forma que a parcela do investimento estimada para alienação foi reclassificada para ativos mantidos para venda (Nota 30). A parcela remanescente do investimento permanece avaliada pelo método de equivalência patrimonial.

A Administração avaliou o valor justo da operação, considerando os termos do contrato e as despesas diretamente atribuíveis à transação, e concluiu que o valor contábil do investimento não supera o valor justo. Não houve, portanto, reconhecimento de perda por imparidade em 31 de dezembro de 2025.

A Companhia continuará acompanhando a evolução até o fechamento, nos termos previstos no contrato.

(f) Venda das operações do segmento de alumínio – Companhia Brasileira de Alumínio (“CBA”)

Em 29 de janeiro de 2026 a Companhia assinou contrato para a venda integral de sua participação na controlada CBA.

A conclusão da operação está condicionada ao cumprimento das condições precedentes usualmente aplicáveis a transações dessa natureza, incluindo a obtenção das aprovações necessárias junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE e demais autoridades antitruste da China, Alemanha, Coreia do Sul e Uruguai, além de autorizações regulatórias adicionais, tais como da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e por autoridades da República Popular da China.

Em conformidade com o IFRS 5 / CPC 31 – Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operações Descontinuadas, a Administração concluiu que, em dezembro de 2025, estavam atendidos os critérios para classificação da venda como altamente provável. Dessa forma, o valor do investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial (MEP), em 31 de dezembro de 2025, foi reclassificado para o grupo de ativos mantidos para venda.

A política contábil aplicável, bem como informações adicionais sobre ativos mantidos para venda e operações descontinuadas, encontram-se apresentadas nas Notas 2.2(d), 2.4 e 30, respectivamente.

1.1.3 Principais captações

(a) Emissão de debêntures pela Auren por meio de suas controladas

Em de abril de 2025, a Auren realizou a 2ª Emissão de Debêntures Simples, no montante de R\$ 2.000 e prazo de 10 anos, com remuneração de IPCA + 7,45% a.a. A captação foi realizada com a finalidade de melhorar o fluxo de caixa, frente aos desembolsos relacionados aos novos projetos.

No mesmo momento, a Auren contratou operação de derivativo de *swap* de taxa de juros, com o objetivo de se proteger das oscilações da inflação e garantir maior previsibilidade financeira. A operação converte o custo da emissão de IPCA + 7,45% a.a. para CDI -0,90% a.a.

Em julho de 2025, a Auren realizou 3ª emissão de Debêntures Simples, no montante de R\$ 1.150 e prazo de 12 anos, com remuneração de IPCA + 6,92% a.a. Além disso, contratou um instrumento derivativo na forma de *swap*, que converte o custo da Emissão de IPCA + 6,92% a.a. para CDI -0,90% a.a.

(b) Emissão de *Bonds* e oferta de recompra pela Nexa

Em abril de 2025, a Nexa concluiu uma emissão de *Bonds* (títulos de dívida) no mercado de capitais internacional no montante de USD 500 milhões (R\$ 2.871), com vencimento em 2037 e uma taxa de juros de 6,60% a.a., a ser paga semestralmente.

Ainda em abril de 2025, de forma concomitante com os recebimentos dos recursos da nova emissão, a Nexa concluiu oferta de recompra ("*Tender Offer*") do *Bond* de sua própria emissão, no montante de USD 528 milhões (R\$ 2.881), com vencimento em 2027 e 2028. Após a conclusão da *Tender Offer*, o principal remanescente, e que permanece em circulação é de USD 113 milhões (R\$ 617).

(c) Operações de crédito pela VCSA e pela controlada indireta St. Marys Cement Inc. ("St. Marys")

Em abril de 2025, a VCSA aprovou a emissão de debêntures, no montante total R\$ 1.000 e com vencimento em abril de 2032, remuneradas a taxa CDI+ 0,67% a.a. A nova captação está alinhada à estratégia de *liability management* da controlada, focada na redução de custos e no alongamento do perfil da dívida.

Em substituição a linha de crédito rotativo (*Global Revolving Credit Facility*), a VCSA e suas subsidiárias contrataram em julho de 2025 uma nova linha de crédito rotativo junto a um sindicato de bancos no montante de USD 250 milhões (R\$ 1.397), com vencimento em julho de 2030, sendo caracterizada como *Sustainability-Linked Loan* em linha com os compromissos de sustentabilidade de longo prazo.

(d) Operações de crédito pelo Banco BV

Em abril de 2025, o Banco BV concluiu uma captação internacional de *senior unsecured notes* do montante de USD 500 milhões (R\$ 2.871), com vencimento em abril de 2028, por meio de sua nova filial de Luxemburgo. Os recursos captados fortalecem a estratégia de crescimento e solidez financeira do Banco BV, além de contribuir para a diversificação de fontes de captação do banco.

Em julho de 2025, o Banco BV emitiu letras financeiras perpétuas, totalizando R\$ 500, com pagamentos de juros anuais a partir de julho de 2027. Os recursos captados buscam renovar a linha de *funding* das operações do banco.

(e) Emissão de debêntures pela Motiva

Em maio de 2025, a Motiva aprovou a 18ª emissão de debêntures, no montante total R\$ 1.320 e com vencimento em maio de 2030, remuneradas a taxa de CDI+ 0,57% a.a. Os recursos foram destinados ao reforço de caixa da coligada.

Em julho de 2025, a concessionária do sistema Anhangüera-Bandeirantes S.A., controlada pela Motiva, aprovou a 16ª emissão de debêntures simples, totalizando R\$ 2.500 com remuneração de 100% da taxa de DI acrescida de 0,50% a.a. Os recursos serão utilizados para o pré-pagamento da 14ª emissão de debêntures da coligada e para despesas relacionadas a projetos de infraestrutura, conforme Lei nº 12.431/2011.

Em outubro de 2025, a Motiva aprovou a 19ª emissão de debêntures simples, totalizando R\$ 1.800. A primeira série, no valor de R\$ 500, tem remuneração de 100% da taxa de DI acrescida de 0,47% a.a. e vencimento em 7 anos. A segunda série, no valor de R\$ 1.300, é remunerada a taxa de 6,65% a.a. Os recursos da primeira série serão destinados ao reforço de caixa, enquanto os da segunda série serão aplicados em projetos de infraestrutura, conforme Lei nº 12.431/2011.

Em dezembro de 2025, a concessionária Rodovia Sul-Matogrossense S.A. (Motiva Pantanal), controlada pela Motiva, aprovou a 1ª emissão de debêntures simples, no valor R\$ 1.400, remuneradas a taxa de IPCA + 7,32%. Os recursos serão utilizados para o pagamento de dívidas contratadas, novos investimentos e pagamento de despesas de capital relativos ao projeto, conforme Lei nº 12.431/2011.

(f) Emissão de debêntures pela Hypera

Em janeiro de 2025, a Hypera aprovou a 19ª emissão de debêntures, no montante total R\$ 530 com vencimento em janeiro de 2030, remuneradas a CDI+0,90% a.a. Os recursos obtidos serão destinados para o resgate antecipado total ou a amortização extraordinária parcial da 11ª emissão de debêntures realizada pela coligada.

Em agosto de 2025, a Hypera aprovou a 20ª emissão de debêntures, no montante total R\$ 1.000 com vencimento em agosto de 2030, remuneradas a variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos CDI+0,75% a.a. Os recursos obtidos serão destinados para o resgate antecipado facultativo total da 11ª e 12ª emissão de debêntures realizada pela coligada.

Em dezembro de 2025, a Hypera aprovou a 21ª emissão de debêntures, no montante total R\$ 1.250 com vencimento em dezembro de 2030, remuneradas a variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos

CDI+0,85% a.a. Os recursos obtidos serão destinados para amortização antecipada facultativa parcial da 14^o emissão de debêntures e reforço de caixa pela coligada.

1.1.4 Demais operações

(a) Operações imobiliárias pela controlada Altre Real Estate Investments LLC (“Altre LLC”) e pela controlada indireta Altre Aurum Owner LLC (“Altre Aurum”)

Em junho de 2025, a Altre Aurum concluiu a aquisição de 90% de um empreendimento imobiliário residencial (*multifamily*) nos Estados Unidos, com montante total de USD 45 milhões (R\$ 244). Como parte da transação, houve a assunção de financiamento imobiliário vinculado ao ativo, no montante de USD 24 milhões (R\$ 137). O imóvel foi registrado na rubrica de propriedades para investimento.

Em dezembro de 2025, a Altre LLC constituiu a coligada Altre 2100 McKinney Acquisition, LLC, sociedade de responsabilidade limitada, com aporte comprometido de USD 30 milhões (R\$ 165), representando 42,7% de participação como *Limited Partner*. No mesmo período, a Altre RBP Owner LLC (Altre RBP), controlada da Altre LLC, assinou um Acordo de Condôminos (*Tenants in Common Agreement – TIC*) para aquisição, desenvolvimento e operação de um empreendimento industrial localizado em Austin, Texas. A estrutura da transação inclui um contrato de construção com preço máximo garantido (GMP) no valor de USD 31 milhões (R\$ 171), e um empréstimo de construção no montante de USD 39 milhões (R\$ 215), garantido pelo imóvel e vinculado ao projeto.

(b) Tarifas comerciais entre Estados Unidos, Canadá e Brasil

Ao longo de 2025, diversas medidas tarifárias foram anunciadas pelo governo dos Estados Unidos, incluindo a imposição e o aumento de tarifas sobre importações de bens, energia, aço, alumínio e produtos originários do Brasil. Embora algumas dessas medidas tenham sido posteriormente ajustadas, por meio de isenções setoriais e listas exceções previstas nos atos executivos norte-americanos, o ambiente comercial internacional permanece instável.

A Companhia segue monitorando os desdobramentos dessas políticas comerciais e avaliando continuamente seus potenciais impactos sobre suas operações e a sua posição financeira, especialmente diante das incertezas quanto ao escopo, à duração e a eventuais modificações futuras das tarifas atualmente em vigor.

(c) Pagamentos de depósitos judiciais efetuados pela controlada Nexa

Ao longo de 2025, a Nexa efetuou pagamentos no montante total de USD 123 milhões (R\$ 677), compostos principalmente por USD 102 milhões (R\$ 563) relacionados a pagamentos de débitos tributários referentes a impostos retidos na fonte e a litígios envolvendo ajustes de preços de transferência em transações com partes relacionadas, bem como por USD 21 milhões (R\$ 113) referentes a pagamentos de imposto de renda decorrentes da interpretação da aplicação do acordo de estabilidade do projeto Cerro Lindo para o exercício fiscal de 2018.

Ambos os pagamentos decorrem de discussões legais em andamento, para as quais a Nexa não reconheceu provisão, mas foi obrigada a efetuar os pagamentos para manter o direito de continuar discutindo os processos

nas esferas judiciais no Peru. Os pagamentos foram realizados em soles peruanos (moeda local) e estão sujeitos a variações cambiais em relação ao dólar norte-americano.

2. Apresentação das demonstrações consolidadas

2.1 Base de apresentação

(a) Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes em 31 de dezembro de 2025, o que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2025 requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

Em 5 de março de 2026, o Conselho de Administração da Companhia manifestou-se favoravelmente à emissão destas demonstrações financeiras.

2.2 Consolidação

(a) Principais empresas controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto

As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia.

Saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas da Companhia são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. Na aquisição, as políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas separadamente da demonstração financeira individual da Companhia. A emissão da demonstração financeira individual foi realizada em 6 de março de 2026.

As operações em conjunto são contabilizadas nas demonstrações financeiras para representar os direitos e as obrigações contratuais da Companhia. Dessa forma, os ativos, passivos, receitas e despesas relacionados aos seus interesses em operação em conjunto são contabilizados nas demonstrações financeiras.

Os investimentos em coligadas e *joint ventures* são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. O investimento da Companhia em coligadas e *joint ventures* inclui o ágio identificado na aquisição, líquido de qualquer perda acumulada por *impairment*.

Os ganhos e as perdas de diluição ocorridos em participações em coligadas e *joint ventures*, são reconhecidos na demonstração do resultado.

VOTORANTIM

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 | Em milhões de reais

A seguir são demonstradas as principais empresas controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto da Companhia:

	Método de consolidação	Localização da sede	Atividade principal	Percentual de participação	
				31/12/2025	31/12/2024
Subsidiárias e controladas					
Acerbrag S.A.	Consolidação integral	Argentina	Siderurgia	100,00	100,00
Altre Empreendimentos e Investimentos Imobiliários S.A.	Consolidação integral	Brasil	Imobiliário	100,00	100,00
Altre Real Estate Investments LLC.	Consolidação integral	EUA	Imobiliário	100,00	100,00
Altre Aurum Owner LLC.	Consolidação integral	EUA	Imobiliário	100,00	
Altre RBP Owner LLC.	Consolidação integral	EUA	Imobiliário	100,00	
Altre 2100 McKinney Acquisition LLC.	Consolidação integral	EUA	Imobiliário	100,00	
Cementos Artigas S.A.	Consolidação integral	Uruguai	Cimentos	51,00	51,00
Companhia Brasileira de Alumínio (i)	Consolidação integral	Brasil	Alumínio		68,60
Floen S.A.	Consolidação integral	Brasil	Holding	100,00	50,00
Janssen Capital B.V.	Consolidação integral	Holanda	Investimentos financeiros	100,00	100,00
Nexa Recursos Minerais S.A.	Consolidação integral	Brasil	Zinco	64,67	64,67
Nexa Resources Atacocha S.A.A.	Consolidação integral	Peru	Mineração	44,85	46,82
Nexa Resources Cajamarquilla S.A.	Consolidação integral	Peru	Zinco	64,67	64,67
Nexa Resources Perú S.A.A	Consolidação integral	Peru	Mineração	54,04	54,04
Nexa Resources S.A.	Consolidação integral	Luxemburgo	Holding	64,67	64,67
Silcar Empreendimentos, Comércio e Participações Ltda.	Consolidação integral	Brasil	Holding	100,00	100,00
St. Marys Cement Inc.	Consolidação integral	Canadá	Cimentos	83,00	83,00
Votorantim Cement North America Inc.	Consolidação integral	EUA	Holding	83,00	83,00
Votorantim Cimentos EA Inversiones, S.L.	Consolidação integral	Espanha	Holding	100,00	100,00
Votorantim Cimentos International S.A.	Consolidação integral	Luxemburgo	Holding	100,00	100,00
Votorantim Cimentos N/NE S.A.	Consolidação integral	Brasil	Cimentos	100,00	100,00
Votorantim Cimentos S.A.	Consolidação integral	Brasil	Cimentos	100,00	100,00
Votorantim Finanças S.A.	Consolidação integral	Brasil	Finanças	100,00	100,00
Votorantim FinCO GmbH	Consolidação integral	Áustria	Holding		100,00
Operações conjuntas (Joint operations)					
Baesa - Energética Barra Grande S.A.	Consolidação proporcional	Brasil	Energia Elétrica	15,00	15,00
Great Lakes Slag Inc.	Consolidação proporcional	Canadá	Cimentos	41,50	41,50
Principais empresas não consolidadas					
Coligadas					
Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A.	Equivalência patrimonial	Brasil	Infraestrutura	10,33	10,33
Cementos Avellaneda S.A.	Equivalência patrimonial	Argentina	Cimentos	49,00	49,00
Cementos Especiales de las Islas S.A.	Equivalência patrimonial	Espanha	Cimentos	49,89	49,89
Enercan - Campos Novos Energia S.A.	Equivalência patrimonial	Brasil	Energia Elétrica	31,97	31,97
Empreendimentos controlados em conjunto (Joint ventures)					
Auren Energia S.A.	Equivalência patrimonial	Brasil	Energia Elétrica	38,88	38,66
Banco Votorantim S.A.	Equivalência patrimonial	Brasil	Finanças	50,00	50,00
Citrosuco GmbH	Equivalência patrimonial	Áustria	Agroindústria		50,00
Citrosuco S.A. Agroindústria	Equivalência patrimonial	Brasil	Agroindústria	50,00	50,00
DBOAT I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	Equivalência patrimonial	Brasil	Investimentos	44,96	44,96
Citrosuco NL BV	Equivalência patrimonial	Holanda	Agroindústria	50,00	
Grundy-River Holdings LLC.	Equivalência patrimonial	EUA	Concreto	41,50	41,50
Hutton Transport Ltd.	Equivalência patrimonial	Canadá	Transporte	20,75	20,75
Hypera S.A.	Equivalência patrimonial	Brasil	Farmacêutica	11,02	
Juntos Somos Mais Fidelização S.A.	Equivalência patrimonial	Brasil	Serviços	44,98	44,94
Midway Group, LLC.	Equivalência patrimonial	EUA	Cimentos	41,50	41,50
RMC Leasing, LLC.	Equivalência patrimonial	EUA	Aluguel de equipamentos	41,50	41,50
GPIF 2100 McKinney	Equivalência patrimonial	EUA	Imobiliário	42,70	
Fundos de aplicação financeira exclusivos					
Fundo de Investimento Pentágono VC Multimercado - Crédito Privado		Brasil	Finanças	100,00	100,00
Fundo de Investimento Pentágono CBA Multimercado - Crédito Privado		Brasil	Finanças	100,00	100,00
Odessa Renda Fixa Crédito Privado		Brasil	Finanças	100,00	33,51

(i) Investida reclassificada para ativo mantido para venda conforme Nota 2.4.

(b) Transações com acionistas não controladores

A Companhia considera as transações com acionistas não controladores como operações entre proprietários. Assim, aquisições ou alienações de participações que não resultam na perda de controle são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido. Para compra de participações, a diferença entre a contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Da mesma forma, os ganhos ou perdas decorrentes de alienações e participações para não controladores são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, na conta "Retenção de lucros".

(c) Perda de controle em controladas e em empreendimentos controlados em conjunto

Quando a Companhia deixa de ter o controle e não há mais influência significativa, qualquer participação retida na entidade é reavaliada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado.

(d) Ativos mantidos para venda

Um ativo, ou grupo de ativos e passivos, são mantidos para venda quando se espera que seu valor contábil seja recuperado pela transação de venda ao invés de uso contínuo. Isso ocorre se o ativo estiver disponível para venda imediata em suas condições atuais, sujeito apenas a termos habituais e costumeiros para conclusão da transação, momento em que a venda é definida como "altamente provável".

O grupo de ativos e passivos mantidos para venda é mensurado ao valor recuperável pelo menor entre seu valor contábil e o valor justo definido pelas partes da transação menos os gastos incrementais esperados e diretamente atribuíveis a conclusão da venda. Uma operação descontinuada é um componente de um negócio da Companhia que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos do resto da Companhia, que foi baixado ou está reclassificado como mantido para venda e que:

- i. representa uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações;
- ii. é parte de um plano individual coordenado para venda de uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações; ou
- iii. é uma controlada adquirida exclusivamente com o objetivo de revenda.

A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes. Quando uma operação é classificada como uma operação descontinuada, as demonstrações comparativas do resultado são reapresentadas como se a operação tivesse sido descontinuada desde o início do exercício comparativo. O resultado da operação descontinuada é evidenciado em montante único na demonstração do resultado, líquido do imposto de renda e contribuição social.

2.3 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o Real ("R\$" ou "BRL").

(b) Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas em reais. Quando os itens são reavaliados, são utilizadas as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do fim do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando reconhecidos no patrimônio como operações qualificadas de *hedge* de investimento líquido.

(c) Empresas controladas com moeda funcional diferente da Companhia

Os resultados e a posição financeira de todas as entidades da Companhia, cuja moeda funcional difere da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue:

- (i) Os ativos e passivos de cada balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço;
- (ii) As receitas e despesas de cada demonstração do resultado são convertidas pelas taxas médias de câmbio do exercício, exceto para controladas consideradas em economias hiperinflacionárias; e
- (iii) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajuste de avaliação patrimonial".

Os valores apresentados no fluxo de caixa são extraídos das movimentações convertidas dos ativos, passivos e resultado, conforme detalhado anteriormente.

Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior e de empréstimos e outros instrumentos de moeda designados como *hedge* desses investimentos são reconhecidos no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente liquidada ou vendida, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado como parte de ganho ou perda sobre a venda.

O investimento e o ágio, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior, são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento.

A seguir, descrevemos as moedas funcionais definidas para as controladas relevantes no exterior:

Empresas	País	Moeda Funcional	Atividade principal
Acerbrag S.A.	Argentina	Peso argentino	Aços longos
St. Marys Cement Inc.	Canadá	Dólar canadense	Cimento
Votorantim Cimentos EA Inversiones, S.L. "VCEA"	Espanha	Euro	Cimento
Nexa Resources Cajamarquilla S.A.	Peru	Dólar norte-americano	Zinco
Nexa Resources Perú S.A.A	Peru	Dólar norte-americano	Mineração
Nexa Resources S.A.	Luxemburgo	Dólar norte-americano	Holding
Votorantim Cimentos International S.A. "VCI"	Luxemburgo	Dólar norte-americano	Holding
Janssen Capital B.V.	Holanda	Dólar norte-americano	Investimentos financeiros

(d) Economias hiperinflacionárias

O CPC 42 / IAS 29 exige que as demonstrações financeiras de entidades cuja moeda funcional seja a de uma economia hiperinflacionária sejam ajustadas pelos efeitos de mudanças em um índice geral de preços adequado e sejam expressas em termos da unidade de medida atual na data de encerramento do exercício. Para concluir se uma economia é classificada como hiperinflacionária nos termos do CPC 42 / IAS 29, a norma detalha uma série de fatores a serem considerados, incluindo a existência de uma taxa de inflação acumulada em três anos que se aproxime ou supere 100%.

O CPC 42 / IAS 29 deve ser aplicado como se a economia fosse hiperinflacionária desde sempre. De acordo com este princípio, as demonstrações financeiras de uma companhia que reporte na moeda de uma economia hiperinflacionária deve ser expressa em termos da unidade de medida atual na data das demonstrações financeiras.

Todos os saldos do balanço patrimonial que não estejam expressos em termos da unidade de medida atual na data das demonstrações financeiras devem ser atualizados pela aplicação de um índice geral de preços. Deste modo, a inflação produzida a partir da data de aquisição ou da data de reavaliação, conforme o caso, deve ser registrada nos itens não monetários. Todos os componentes da demonstração do resultado devem ser apresentados na unidade de medida vigente na data das demonstrações financeiras, aplicando-se a variação do índice geral de preços ocorrida desde a data em que as receitas e despesas foram originalmente reconhecidas nas demonstrações financeiras.

- (i) Turquia: No início de 2022, o aumento da inflação na Turquia superou a taxa de inflação acumulada de 100% em três anos e de acordo com declaração do Fundo Monetário Internacional ("FMI"), a Companhia considerou que havia evidências suficientes para concluir que a Turquia é uma economia hiperinflacionária nos termos do CPC 42 / IAS 29 a partir de abril de 2022 e, portanto, aplicou o CPC 42 / IAS 29 a partir dessa data nos relatórios financeiros de suas subsidiárias que possuem a lira turca como moeda funcional.
- (ii) Argentina: Em julho de 2018, a Argentina foi considerada uma economia hiperinflacionária devido a uma inflação acumulada no triênio superior a 100%, desencadeando, assim, a exigência de transição para a contabilidade em economia hiperinflacionária. A Companhia aplicou o CPC 42 / IAS 29 a partir dessa data nos relatórios financeiros de suas subsidiárias que possuem o peso argentino como moeda funcional.

2.4 Reapresentação das demonstrações financeiras de exercícios anteriores

(a) Demonstração do resultado

Conforme apresentado nas notas 1.1.2(f) e 30, as operações do segmento de alumínio foram classificadas, no exercício corrente, como ativos mantidos para venda e operações descontinuadas. Em razão dessa reclassificação, a demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi reapresentada, de forma a evidenciar separadamente os resultados das operações continuadas e das operações descontinuadas, desde o início do exercício comparativo anterior, conforme demonstrado a seguir:

	Conforme anteriormente apresentado	Alumínio - Operações descontinuadas	Reapresentado
Operações continuadas			
Receita líquida dos produtos vendidos e dos serviços prestados	51.836	(8.158)	43.678
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(41.505)	7.308	(34.197)
Lucro bruto	10.331	(850)	9.481
Receitas (despesas) operacionais			
Com vendas	(1.290)	42	(1.248)
Gerais e administrativas	(3.079)	424	(2.655)
Outros resultados operacionais	(1.046)	(148)	(1.194)
	(5.415)	318	(5.097)
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	4.916	(532)	4.384
Resultado de participações societárias			
Equivalência patrimonial	1.082	(130)	952
	1.082	(130)	952
Resultado financeiro líquido			
Receitas financeiras	2.389	(247)	2.142
Despesas financeiras	(4.814)	998	(3.816)
Variações cambiais e efeitos de hiperinflação, líquidos	(1.513)	269	(1.244)
	(3.938)	1.020	(2.918)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social das operações continuadas	2.060	358	2.418
Imposto de renda e contribuição social	(1.448)	(286)	(1.734)
Corrente	(1.952)	17	(1.935)
Diferido	504	(303)	201
Lucro líquido das operações continuadas	612	72	684
Operações descontinuadas			
Lucro líquido das operações descontinuadas	218	(72)	146
Lucro líquido do exercício	830	(72)	830
Atribuível a			
Acionistas da Companhia			
Lucro líquido das operações continuadas	736	72	808
Lucro líquido das operações descontinuadas	174	(72)	102
Participação de não controladores			
Prejuízo das operações continuadas	(124)		(124)
Lucro líquido das operações descontinuadas	44		44
Lucro líquido do exercício	830		830
Quantidade de ações, em milhares	18.278.789		18.278.789
Resultado básico e diluído por lote de mil ações atribuíveis aos acionistas da Companhia, em reais			
Das operações continuadas	40,27		44,20
Das operações descontinuadas	9,52		5,58

3. Mudanças nas práticas contábeis e divulgações

3.1 Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis ainda não adotadas pela Companhia e suas controladas

(a) Alteração no CPC 32 / IAS 12 "Tributos sobre o lucro" – Reforma tributária internacional – regras do modelo *Pillar 2*

A Companhia está enquadrada no escopo das regras do *Pillar 2* estabelecidas pela OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico), que refletem uma iniciativa para implementar o imposto mínimo global de 15%.

Além do Brasil, que instituiu o Adicional da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido em 2025, incorporando na legislação brasileira o *Qualified Domestic Minimum Top-Up Tax* ("QDMTT"), outras jurisdições, onde, a Companhia e suas controladas possuem operações, já haviam implementado essas regras.

A Companhia realizou estudos sobre o impacto decorrente da referida legislação e, com base na avaliação realizada para o exercício, não há impacto de imposto complementar (*Top-Up Tax*).

(b) Outras alterações

Outras normas, interpretações e alterações às normas contábeis foram publicadas, porém, ainda não são mandatórias para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 e não foram adotadas antecipadamente. A Companhia e suas controladas entendem que a adoção dessas normas, interpretações e alterações não gerará impacto relevante na preparação das demonstrações financeiras no exercício corrente e nos exercícios futuros.

3.2 Novas normas emitidas e emendas às normas contábeis e fiscais ainda não vigentes

(a) Apresentação e divulgação em demonstrações financeiras / IFRS 18

Em abril de 2024, o IASB anunciou a publicação da nova norma IFRS 18 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Financeiras, a fim de melhorar a divulgação do desempenho financeiro e oferecer aos investidores mais transparência nas informações, conforme descrito a seguir:

- Comparabilidade aperfeiçoada nas demonstrações de resultados com a introdução de três categorias definidas para receitas e despesas (operacional, investimentos e financiamentos), melhorando a estrutura e exigindo o fornecimento de novos subtotais definidos, incluindo o lucro operacional;
- Maior transparência das medidas de desempenho definidas pela Administração, com a exigência da divulgação de explicações sobre os indicadores relacionados às demonstrações de resultados; e
- Melhor agrupamento de informações nas demonstrações financeiras, estabelecendo orientações quanto à organização das informações e se elas devem ser fornecidas nas demonstrações financeiras primárias ou nas notas.

O IFRS 18 entrará em vigor para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2027, com opção de aplicação antecipada, sujeito à autorização dos órgãos reguladores.

(b) Divulgações de sustentabilidade emitidas pelo International Sustainability Standards Board (“ISSB”) – IFRS S1 e IFRS S2

Em junho de 2023, o International Sustainability Standards Board (“ISSB”) emitiu suas duas primeiras normas de relatórios de sustentabilidade – IFRS S1 e IFRS S2, que foram adotadas no Brasil pela CVM, e com data de aplicação obrigatória a partir de exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2026. Estas normas contêm requerimentos de divulgação de informações de sustentabilidade, e pretendem promover a consistência, comparabilidade e qualidade dessas informações, desenhadas para atender as necessidades dos investidores e mercados financeiros.

(c) Reforma tributária

Contextualização e estágio atual do projeto

Em 2023, foi aprovada a Emenda Constitucional nº 132, que instituiu a base da reforma tributária sobre o consumo no Brasil. Em 2025, a Lei Complementar nº 214/2025 regulamentou os principais aspectos da reforma, estabelecendo um novo modelo de tributação baseado no Imposto sobre Valor Agregado (IVA) dual. Esse modelo prevê a substituição de diversos tributos atuais por três novos impostos:

- **Imposto sobre Bens e Serviços (IBS)**: de competência estadual e municipal, substituindo o ICMS e o ISS;
- **Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS)**: de competência federal, substituindo o PIS e a COFINS;
- **Imposto Seletivo (IS)**: aplicável a produtos e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente.

Impactos esperados e medidas preparatórias

A nova estrutura tributária visa simplificar o sistema atual, reduzir a cumulatividade, ampliar a transparência e melhorar o ambiente de negócios no país. A transição para o novo modelo ocorrerá de forma gradual entre 2026 e 2033, conforme cronograma estabelecido pela legislação vigente.

A Companhia vem acompanhando ativamente os desdobramentos da regulamentação e participando de fóruns técnicos e setoriais para avaliação dos impactos econômicos, operacionais e contábeis da reforma. Entre as principais medidas preparatórias adotadas, destacam-se:

- Mapeamento dos impactos sobre a cadeia de valor e precificação de produtos e serviços;
- Revisão de sistemas e processos fiscais e contábeis para adequação ao novo modelo;
- Capacitação de equipes internas e interlocução com entidades representativas;
- Participação no projeto piloto da Receita Federal do Brasil.

Avaliação contábil

Até o encerramento deste exercício, os efeitos da reforma tributária ainda não impactaram diretamente os saldos contábeis das demonstrações financeiras, uma vez que os novos tributos ainda não estão em vigor. No entanto, a Administração segue monitorando os desdobramentos regulatórios e seus potenciais efeitos sobre os ativos e passivos fiscais, bem como sobre a estrutura de preços e margens operacionais.

4. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Companhia e suas controladas fazem estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente revisados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis podem não se igualar aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão descritas nas respectivas notas explicativas a seguir:

- (i) Instrumentos financeiros e derivativos (Nota 6.1.1);
- (ii) Contas a receber de clientes (Nota 11);
- (iii) Estoques (Nota 12);
- (iv) Investimentos (Nota 15);
- (v) Imobilizado (Nota 16);
- (vi) Intangível (Nota 17);
- (vii) Arrendamentos (Nota 19);
- (viii) Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos (Nota 21);
- (ix) Provisões (Nota 22).

4.1 *Impairment* de ágio e ativo não circulante

(a) Práticas contábeis

Ativos não financeiros com vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização, e o teste de valor recuperável ("*impairment*") é realizado, pelo menos, anualmente. Os ativos que estão sujeitos a depreciação ou amortização passam por testes de *impairment* periodicamente ou na medida em que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil do ativo pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida como despesa na rubrica de "Outros resultados operacionais" (Nota 29) pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa o valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos quaisquer custos de venda ou seu valor em uso. Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados no menor nível para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (unidades geradoras de caixa - UGC). Ativos não financeiros, exceto ágio, que sofreram *impairment*, são revisados subsequentemente para possível reversão da provisão de *impairment* na data do balanço.

O ágio resultante de combinação de negócios é alocado a uma UGC ou grupo de UGCs (Unidade Geradora de Caixa), sendo cada UGC ou grupo de UGCs o nível mais baixo no qual o ágio é monitorado para fins de gestão interna e não sendo maior do que um segmento operacional.

Quando uma perda por *impairment* é revertida, o valor contábil do ativo ou UGC é modificado para corresponder a estimativa revisada de seu valor recuperável, mas de forma que o valor contábil revisado não exceda o valor contábil que teria sido determinado se nenhuma perda por *impairment* tivesse sido reconhecida para o ativo ou UGC em anos anteriores. A reversão de uma perda por *impairment* é reconhecida como receita na rubrica de "Outros resultados operacionais" (Nota 28).

(b) Teste de *impairment*

Um teste de *impairment* é realizado pelo menos anualmente para todas as UGCs às quais possuem ágio alocado, bem como para outras UGCs que não contêm ágio, mas apresentam indicadores de *impairment*. O valor recuperável é mensurado pelo modelo de fluxo de caixa descontado, e determinado a partir do valor em uso de cada UGC. O processo de estimativa desses valores envolve o uso de premissas, julgamentos e estimativas de fluxos de caixa futuros e representa a melhor estimativa da Companhia e suas controladas.

Esses cálculos usam projeções de fluxo de caixa após os impostos com base no Planejamento Estratégico aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia e suas controladas, sem considerar os efeitos futuros da reforma tributária sobre consumo, cobrindo um período de cinco anos. Um período de até dez anos pode ser considerado em circunstâncias específicas, como crises econômicas, para refletir melhor o negócio e o ciclo econômico da UGC. Os fluxos de caixa na perpetuidade são calculados usando as projeções do último ano (com taxa de crescimento nula).

A Companhia e suas controladas consideraram como as principais premissas para calcular o valor recuperável das UGCs o preço e o volume de venda projetados e a taxa de desconto. As projeções foram realizadas com base no desempenho anterior e nas expectativas futuras de desenvolvimento do mercado. As taxas de desconto utilizadas são após os impostos e refletem riscos específicos relacionados ao segmento operacional (região geográfica) ou à UGC que está sendo testada.

5. Gestão de risco socioambiental

A Companhia, por meio de suas controladas e coligadas, atua em diversos segmentos e, dessa forma, suas atividades estão sujeitas a inúmeras leis ambientais nacionais e internacionais, regulamentos, tratados e convenções, incluindo aqueles que regulam a descarga de materiais para o ambiente, que obrigam à remoção e limpeza de contaminação do ambiente, ou relativas à proteção ambiental. As violações à regulamentação ambiental existente expõem os infratores a multas e sanções pecuniárias substanciais e poderão exigir medidas técnicas ou investimentos de forma a assegurar o cumprimento dos limites obrigatórios de emissão.

6. Gestão de risco financeiro

6.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia e de suas controladas as expõem a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de mercado (moeda, preços de *commodities*, taxa de juros e mercado de energia); (b) risco de crédito; e (c) risco de liquidez.

Parte dos produtos vendidos pela Companhia e suas controladas, tal como zinco, são *commodities*, cujos preços têm referência nas cotações internacionais e são denominados em dólares norte-americanos. Os custos, porém, são predominantemente denominados em moeda local, resultando em um descasamento de moedas entre receitas e custos.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas possuem dívidas atreladas a indexadores e moedas distintos, que podem afetar seu fluxo de caixa.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco de mercado, as controladas que não possuem políticas financeiras próprias seguem a Política Financeira da Companhia, aprovada pelo Conselho de Administração, com o objetivo de estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento.

O processo de gestão de riscos financeiros objetiva a proteção do fluxo de caixa e de seus componentes operacionais (receitas e custos) e financeiros (ativos e passivos financeiros) contra eventos adversos de mercado, tais como oscilações de taxa de câmbio, de taxas de juros e de preços de *commodities*, e contra eventos adversos de crédito. Adicionalmente, objetiva a preservação da liquidez.

Os instrumentos financeiros que podem ser contratados para proteção e gestão de riscos financeiros são: *swaps* convencionais, opções de compra (*calls*), opções de venda (*puts*), *collars*, contratos futuros de moedas, juros ou *commodities* e contratos a termo de moedas (NDF – *Non-Deliverable Forward*). As estratégias que contemplem compras e vendas de opções simultaneamente somente serão autorizadas quando não resultarem em posição líquida vendida em volatilidade do ativo-objeto. A Companhia e suas controladas não contratam instrumentos financeiros para fins especulativos.

(a) Risco de mercado

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia e de suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Risco cambial

A Companhia e suas controladas possuem investimentos em operações no exterior, cujos ativos líquidos estão expostos ao risco cambial. A exposição cambial decorrente da participação da Companhia e de suas controladas em operações no exterior é protegida, principalmente, por meio de empréstimos e financiamentos na mesma moeda desses investimentos, sendo classificados como *hedge* de investimento líquido.

Apresentamos a seguir os saldos contábeis de ativos e passivos expostos ao risco cambial na data de encerramento dos balanços patrimoniais:

	2025	2024
Ativos expostos ao risco cambial		
Caixa e equivalentes de caixa	3.829	5.410
Instrumentos financeiros derivativos	77	253
Contas a receber de clientes	1.442	1.059
Partes relacionadas	8	1
	5.356	6.723
Passivos expostos ao risco cambial		
Empréstimos, financiamentos e debêntures	8.154	12.173
Instrumentos financeiros derivativos	52	111
Arrendamento	243	321
Fornecedores	892	1.602
Receita diferida - <i>streaming</i> de prata	499	625
	9.840	14.832
Exposição líquida	(4.484)	(8.109)

Hedge accounting de investimentos em entidades no exterior

Qualquer ganho ou perda do instrumento de *hedge* relacionado com a parcela efetiva do *hedge* é reconhecido no patrimônio líquido, na conta “Ajustes de avaliação patrimonial”. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido no resultado. Ganhos e perdas acumulados no patrimônio líquido são incluídos no resultado do exercício, quando o investimento no exterior for realizado ou vendido.

Foram designados como objeto de *hedge* os investimentos apresentados na tabela a seguir e como instrumento de *hedge* a parcela da dívida da controlada St. Marys Cement Inc. (Canadá), denominada em dólares. Trata-se de uma operação específica da VCSA por meio de suas controladas.

Investidora										Objeto		Instrumento		2025
Entidade	Moeda	Investimento	Moeda	Percentual designado	Valor designado líquido	Valor em reais	Moeda	Valor original	Valor em reais	Ajuste de avaliação patrimonial	Perda			
St. Marys Cement Inc. (Canadá)	CAD	VCNA US, Inc.	USD	80,41%	622	3.422	USD	500	2.751	123				

Investidora										Objeto		Instrumento		2024
Entidade	Moeda	Investimento	Moeda	Percentual designado	Valor designado líquido	Valor em reais	Moeda	Valor original	Valor em reais	Ajuste de avaliação patrimonial	Perda			
St. Marys Cement Inc. (Canadá)	CAD	VCNA US, Inc.	USD	78,39%	638	3.950	USD	500	3.096	(214)				

As controladas documentam e avaliam trimestralmente a efetividade das operações de *hedge accounting* de investimento prospectivamente, conforme requerido pelo CPC 48 / IFRS 9 – Instrumentos financeiros.

- (i) Risco de fluxo de caixa ou valor justo associado em taxa de juros: O risco de taxa de juros é oriundo das oscilações de cada um dos principais indexadores de taxas de juros provenientes de transações de empréstimos e financiamentos, e de aplicações financeiras, as quais impactam os pagamentos e recebimentos da Companhia e de suas controladas. Os empréstimos e financiamentos emitidos a taxas fixas expõem a Companhia e suas controladas ao risco de valor justo associado à taxa de juros.
- (ii) Risco de preço de *commodities*: As Políticas Financeiras das controladas da Companhia estabelecem diretrizes para a utilização de derivativos de *commodities*. As exposições de cada *commodity* consideram as projeções mensais de produção, de compras de insumos e os fluxos de vencimentos dos *hedges* a ela associados. Os *hedges*, quando executados, são classificados nas seguintes modalidades:
 - a. **Operações comerciais a preço fixo** – operações de *hedge* que trocam de fixo para fluante ou preço contratado nas operações comerciais com clientes interessados em comprar produtos a preço fixo;
 - b. **Hedge para “Período cotacional”** – tem por objetivo equalizar os “períodos cotacionais” entre as compras de determinados insumos (concentrado de metais) e as vendas de produtos provenientes do beneficiamento desses insumos;
 - c. **Hedge para “Custos de insumos”** – tem por objetivo garantir a proteção contra oscilações de preços para exposições que afetem custos como petróleo e gás natural nas subsidiárias operacionais;
 - d. **Hedge de “Margem operacional”** – visa a garantir a fixação da margem operacional para parte da produção de determinadas subsidiárias operacionais.

(b) Risco de crédito

Os instrumentos financeiros derivativos e as aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição aos riscos de crédito de contrapartes e emissores.

A Companhia e suas controladas têm como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de *rating*: Fitch Ratings, Moody's ou S&P Global Ratings. O *rating* mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente. Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, são aplicados, como alternativa, critérios aprovados pelo Conselho de Administração.

A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota 8. Os *ratings* divulgados nesta nota sempre são os mais conservadores das agências mencionadas.

A metodologia utilizada para avaliar os riscos de contraparte nas operações de instrumentos derivativos é o risco de pré-liquidação (*pre-settlement risk*). Tal metodologia consiste na determinação, por meio de simulações de "Monte Carlo", do valor em risco associado ao descumprimento dos compromissos financeiros definidos em contrato para cada contraparte. A utilização da metodologia está descrita na Política Financeira da Companhia.

(c) Risco de liquidez

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Companhia e de suas controladas, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados, portanto esses valores podem não ser conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos, financiamentos e debêntures, instrumentos financeiros derivativos e *offtake agreement*, arrendamentos e uso do bem público.

	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	A partir de 10 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2025						
Empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	2.704	3.095	11.529	16.205	6.266	39.799
Instrumentos financeiros derivativos	316	172	200	51		739
Instrumentos financeiros - <i>offtake agreement</i>	215	225	86			526
Arrendamentos	604	778	333	267	477	2.459
Risco sacado a pagar	3.749					3.749
Fornecedores	6.666					6.666
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	1.063					1.063
Uso do bem público - UBP	68	140	158	574	853	1.793
Partes relacionadas		30				30
	15.385	4.440	12.306	17.097	7.596	56.824
Em 31 de dezembro de 2024						
Empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	2.578	3.733	17.947	17.149	3.992	45.399
Instrumentos financeiros derivativos	467	617	248	249		1.581
Instrumentos financeiros - <i>offtake agreement</i>	16	94	38			148
Arrendamentos	584	702	298	136	522	2.242
Risco sacado a pagar	3.329					3.329
Fornecedores	8.139					8.139
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	241					241
Uso do bem público - UBP	170	324	500	1.350	1.947	4.291
Partes relacionadas		94				94
	15.524	5.564	19.031	18.884	6.461	65.464

- (i) Para os saldos de "Empréstimos, financiamentos e debêntures", são projetados os encargos financeiros até o vencimento final dos contratos. Adicionalmente, não considera ajuste a valor justo das operações contratadas na Lei nº 4.131/1962.

6.1.1 Instrumentos financeiros derivativos

Política contábil

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data de sua contratação e são subsequentemente reavaliados ao seu valor justo.

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (mercado no qual transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia e suas controladas usam seu julgamento para escolher entre diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato de o derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge (hedge accounting)*. Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*. A Companhia e suas controladas adotam a contabilidade de *hedge (hedge accounting)* e designa certos derivativos como:

- (i) **Hedge de fluxo de caixa:** Com o objetivo de reduzir a volatilidade dos fluxos de caixa em reais e a exposição ao risco de taxas de juros, a controlada CBA designa instrumentos financeiros e instrumentos financeiros derivativos e passivos não derivativos como instrumentos de proteção para fins de *hedge accounting*.

Instrumentos de proteção de contratos operacionais de energia – A CBA celebrou contratos de *swap* de energia, no 1º trimestre de 2023, sem impacto de volume no balanço energético, com prazo de 6 anos findos em dezembro de 2028. Os referidos contratos de *swap* foram firmados com objetivo de reduzir a exposição de risco da Companhia em relação a um contrato de energia já existente (“contrato original”), no prazo remanescente do contrato, trocando, portanto, a exposição de IPCA e IGP-M (indexadores do contrato original) por valores fixos expressos em dólar. Adicionalmente, os contratos de *swap* modificaram o impacto líquido de fluxo de caixa quando avaliados conjuntamente com o contrato original.

Nota de Crédito à Exportação (NCE) dolarizada – Visando a proteção do fluxo de caixa futuro proveniente das receitas dolarizadas (dado que os preços são negociados com base nos preços da bolsa de Londres LME – em dólares por tonelada), a CBA designou passivos financeiros não derivativos em moeda estrangeira em *hedge accounting*. A parcela efetiva da variação cambial das operações designadas e qualificadas como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido na rubrica “Outros resultados abrangentes”, sendo transferida ao resultado apenas no momento da realização da receita (“objeto de *hedge*”) na rubrica “Receita líquida dos produtos vendidos e dos serviços prestados”, nas datas de designação em 2025, 2026, 2027 e 2029.

Fontes de inefetividade do *hedge* – As potenciais fontes de inefetividade da relação de *hedge* incluem, principalmente:

- Diferenças de prazo entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge*;
- Alterações nas curvas futuras dos indexadores IPCA, IGP-M e USD;
- Efeitos de liquidez associados a determinados indexadores, especialmente o IGP-M; e
- Utilização de premissas e fatores não observáveis na mensuração do valor justo.

Base para mensuração da inefetividade – As mudanças no valor justo do instrumento de *hedge* e do item objeto de *hedge*, utilizadas como base para o cálculo da inefetividade, consideram, entre outros fatores:

- Projeções futuras de IPCA, IGP-M e USD;
- Taxas de desconto aplicáveis aos fluxos de caixa estimados; e
- Volumes e prazos contratuais específicos.

No exercício, não foram identificadas inefetividades, não havendo impactos no resultado decorrentes de inefetividade de *hedge*.

- (ii) **Hedge de valor justo:** Com o objetivo de manter o fluxo de receitas operacionais, referenciado em preço LME, as empresas que integram as operações de metais e mineração e alumínio contratam operações de *hedge* nas quais trocam de fixo para flutuante, o preço definido nas transações comerciais com clientes interessados em comprar produtos a preço fixo. As variações no valor justo dos derivativos designados são reconhecidas no resultado do exercício.

(a) Efeito dos derivativos financeiros no balanço patrimonial, fluxo de caixa e resultado

A seguir são apresentados os instrumentos financeiros derivativos e os objetos protegidos por estes:

Programas	Principal		Unidade	2024		Alterações no valor justo						2025	
	2025	2024		Total (líquido entre ativo e passivo)	Receita líquida de produtos vendidos e serviços prestados	Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	Outros resultados operacionais	Resultado financeiro líquido	Outros resultados abrangentes	Ganho (perda) realizado – Principal	Ganho (perda) realizado – Juros		Transferência para ativo mantido para venda
Hedge de operações comerciais a preço fixo													
Termo de zinco	3.249	2.584	ton	1	8						(6)	3	
				1	8						(6)	3	
Concentrate Sales													
Opção de prata	1.651.819		ozt							(35)		(35)	
Opção de ouro	2.067		ozt									(35)	
										(35)		(35)	
Hedge para exercício cotacional													
Termo de zinco	239.304	232.717	ton	9	30	(85)	1			8	44	7	
				9	30	(85)	1			8	44	7	
Hedge de proteção cambial													
NDF proteção cambial ARS x USD	21		USD milhões					(19)				(19)	
NDF proteção cambial USD x BRL	86		USD milhões					17			(22)	(5)	
								(2)			(22)	(24)	
Hedge de taxa de juros													
Swaps taxa flutuante em IPCA vs. taxa flutuante em CDI	1.120	1.120	BRL milhões	38			9	(11)			91	127	
Swaps taxa flutuante em CDI vs. taxa fixa em USD	650		BRL milhões					75			(33)	42	
Swaps taxa flutuante em CDI vs. taxa fixa em USD (i)		425	BRL milhões	(54)				33			(60)	81	
Swaps taxa flutuante em IPCA vs. taxa flutuante em CDI (j)		160	BRL milhões	(46)				13		4	(3)	32	
Swaps taxa fixa em USD vs. taxa flutuante em CDI	80	130	USD milhões	34			(13)	(98)		2	52	(23)	
Swaps renda variável vs. taxa fixa em CDI			BRL milhões	(28)				(2)			2		
							(4)	10		2	4	49	
												113	
												146	
Hedge de taxa de juros – Valor justo													
Swaps taxa flutuante em IPCA vs. taxa flutuante em CDI – Valor Justo	623	623	BRL milhões	(51)				(14)			48	(17)	
Swaps taxa fixa em PRE vs. taxa flutuante em CDI – Valor Justo	170	170	BRL milhões	(37)				7			6	(24)	
Swaps taxa flutuante SOFR em USD vs. taxa flutuante CDI em BRL	150	150	USD milhões	141				(150)		4	38	33	
				53				(157)		4	92	(8)	
Hedge de contratos operacionais													
Swaps taxa flutuante em IPCA vs. Taxa fixa em USD (i)		823	BRL milhões	70				81		(25)	(5)	(121)	
Swaps taxa flutuante em IPCA/IGP-M vs. taxa fixa em USD (i)		1.098	BRL milhões	(599)		(73)		(36)		271	165	272	
				(529)		(73)		45		271	160	151	
Total dos instrumentos financeiros derivativos				(494)	38	(158)	(3)	(104)	250	(21)	317	264	
Contrato de <i>offtake</i> mensurado a valor justo por meio do resultado													
<i>Offtake agreement</i>	18.661	22.288	ton	(122)				(272)			43	(351)	
Total				(616)	38	(158)	(275)	(104)	250	(21)	360	(262)	
Ativos financeiros derivativos													
				1.087									817
Passivos financeiros derivativos													
				(1.581)									(728)
<i>Offtake agreement</i>													
				(122)									(351)
Total dos instrumentos financeiros derivativos				(616)									(262)

	Unidade											Valor justo por vencimento	
		2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034	2035+	Total	
Hedge de operações comerciais a preço fixo													
Termo de zinco	ton	3											3
		3											3
Concentrate Sales													
Opção de prata	ozt	(35)											(35)
Opção de ouro	ozt												
		(35)											(35)
Hedge para exercício cotacional													
Termo de zinco	ton	6											6
		6											6
Hedge de proteção cambial													
NDF proteção cambial	USD milhões	(19)											(19)
NDF proteção cambial	USD milhões	(5)											(5)
		(24)											(24)
Hedge de taxa de juros													
Swaps taxa flutuante em IPCA vs. taxa flutuante em CDI	BRL milhões	(86)	13	30	45	(17)	38	45	58				126
Swaps taxa fixa em USD vs. taxa flutuante em CDI	USD milhões	(44)	(20)	41									(23)
Swaps taxa flutuante em CDI vs. taxa fixa em USD	BRL milhões	56	37	33	29	(113)							42
		(74)	30	104	74	(130)	38	45	58				145
Hedge de taxa de juros - Valor Justo (i)													
Swaps taxa flutuante em IPCA vs. taxa flutuante em CDI - Valor Justo (i)	BRL milhões	(41)	(28)	(26)	(23)	(19)	(16)	(12)	45	50		53	(17)
Swaps taxa fixa em PRE vs. taxa flutuante em CDI - Valor Justo (i)	BRL milhões	(5)	(2)	(3)	(3)	(3)	(3)	(2)	(2)				(23)
Swaps taxa flutuante SOFR em USD vs. taxa flutuante CDI em BRL	USD milhões	(54)	(23)	(6)	9	18	26	32	32				34
		(100)	(53)	(35)	(17)	(4)	7	18	75	50		53	(6)
Total dos instrumentos financeiros derivativos		(224)	(23)	69	57	(134)	45	63	133	50		53	89
Contrato de <i>offtake</i> mensurado a valor justo por meio do resultado													
<i>Offtake agreement</i>	ton	(112)	(84)	(94)	(61)								(351)
		(112)	(84)	(94)	(61)								(351)
Total		(336)	(107)	(25)	(4)	(134)	45	63	133	50		53	(262)

(i) Os instrumentos financeiros foram reclassificados para ativos mantidos para venda e seus efeitos expurgados do resultado das atividades continuadas

Em 31 de dezembro de 2025, as operações de derivativos líquidos de impostos reconhecidas em "Ajuste de avaliação patrimonial" totalizaram o montante de R\$ 368 conforme Nota 25 (c).

Legenda:

- BRL – Moeda nacional (real)
- CDI – Certificado de Depósito Interbancário
- IGP-M – Índice Geral Preços – Mercado
- IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
- SOFR – *Secured Overnight Financing Rate*
- TRY – Lira turca
- USD – Dólar americano
- ton – Toneladas
- ozt – Onça troy

6.1.2 Estimativa do valor justo

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir, bem como as premissas para sua valorização:

- **Ativos financeiros** – considerando-se a natureza e os prazos, os valores contabilizados aproximam-se dos valores de realização.
- **Passivos financeiros** – estão sujeitos a juros com taxas usuais de mercado. O valor de mercado foi calculado tendo por base o valor presente do desembolso futuro de caixa, usando-se taxas de juros atualmente disponíveis para emissão de dívidas com vencimentos e termos similares.

A Companhia e suas controladas divulgam as mensurações do valor justo de acordo com a seguinte hierarquia:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; e

Nível 2 – informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).

Nível 3 – inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

O valor justo dos Instrumentos financeiros derivativos e empréstimos, financiamentos e debêntures levam em conta o risco de crédito da Companhia e suas controladas. O valor da alteração no valor justo do passivo financeiro que é atribuível a alterações no risco de crédito é registrado no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes.

Caso a classificação do risco de crédito em outros resultados abrangentes criar ou aumentar o descasamento contábil no resultado, a entidade deve apresentar todos os ganhos ou as perdas no resultado. O montante acumulado das alterações do risco de crédito permanece nos outros resultados abrangentes até a liquidação do instrumento financeiro, quando são reclassificados para lucros acumulados, sem afetar o resultado.

Em 31 de dezembro de 2025, os ativos financeiros mensurados ao valor justo e passivos financeiros divulgados ao valor justo foram classificados nos níveis 1, 2 e 3 de hierarquia, vide classificação abaixo:

	Nota	Valor justo medido com base em							
		Preços cotados em mercado ativo (Nível 1)		Técnica de valoração suportada por preços observáveis (Nível 2)		Técnica de valoração suportada por preços não-observáveis (Nível 3)		Total	
		2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	9	10.316	10.406	3.461	4.393			13.777	14.799
Aplicações financeiras	10	890	1.162	2.239	2.323			3.129	3.485
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1			817	1.087			817	1.087
Instrumentos financeiros – ações				1.040	2.040			1.040	2.040
		11.206	11.568	7.557	9.843			18.763	21.411
Passivos									
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	12.688	13.281	14.299	16.198			26.987	29.479
Instrumentos financeiros derivativos e <i>offtake agreement</i>	6.1.1			1.079	1.223	480		1.079	1.703
Arrendamento	19			2.534	2.368			2.534	2.368
Risco sacado a pagar	20			3.749	3.329			3.749	3.329
Contratos futuros de energia				132	722			132	722
		12.688	13.281	21.793	23.840	480		34.481	37.601

6.1.3 Demonstrativo da análise de sensibilidade

Os principais fatores de risco que impactam a precificação dos instrumentos financeiros de caixa e equivalentes de caixa, das aplicações financeiras, dos empréstimos e dos financiamentos e instrumentos financeiros derivativos são a exposição à flutuação do dólar estadunidense, euro, lira turca, dólar canadense, peso uruguaio, peso argentino, dólar da namíbia e novo sol peruano, das taxas de juros CDI, IPCA, TJLP, LIBOR/SOFR, Cupom de dólar e dos preços de *commodities*. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas, seguindo a governança da Companhia.

Os cenários em 31 de dezembro de 2025, estão descritos a seguir:

Cenário I – Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2025, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2026;

Cenário II – considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2025;

Cenário III – considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2025.

VOTORANTIM

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 | Em milhões de reais

Fatores de risco	Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (i)	Empréstimos, financiamentos e debêntures (i)	Principal de instrumentos financeiros derivativos	Unidade	Impactos no resultado						Impactos no resultado abrangente				
					Cenário I		Cenários II & III				Cenário I		Cenários II & III		
					Choque nas curvas de 2025	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%	Resultados do cenário I	-25%	-50%	+25%	+50%
Câmbio															
USD	1.457	6.406	34.474	USD milhões	-1,20%	16	543	1.086	(543)	(1.086)	33	696	1.393	(696)	(1.393)
EUR	87	1		EUR milhões	-0,42%		(11)	(22)	11	22		(11)	(21)	11	21
ARS			117	USD milhões	-7,17%	7	(43)	(130)	26	43					
PEN	282				-4,75%	(13)	(70)	(141)	70	141					
Taxas de juros															
BRL - CDI	5.118	5.320	4.302	BRL milhões	-73 bps	24	130	286	(109)	(203)					
BRL - IPCA	2	2.840	1.743	BRL milhões	6 bps	69	(3)	6	14	39					
EUR - EURIBOR		680		EUR milhões	1 bps		4	7	(4)	(7)					
USD - LIBOR / SOFR		3.066	32.793	USD milhões	-27 bps	12	3	6	(3)	(6)	1	1	(1)	(1)	
BRL - TR		761		BRL milhões	0 bps		4	8	(4)	(8)					
BRL - TJLP		154		BRL milhões	11 bps		3	7	(3)	(7)					
Cupom Dólar			2.389	USD milhões	-41 bps	(8)	175	351	(175)	(351)					
Preço de commodities															
Zinco			4.089	ton	-6,97%	53	151	301	(151)	(301)	(21)	(60)	(121)	60	121
Ouro			35	oz	-12,98%						3	8	20		(19)
Prata			27.844	oz	-41,66%						132	72	184	(87)	(204)
Alumínio			117	ton	-20,98%										

(i) Os saldos apresentados não conciliam com as notas explicativas, pois a análise realizada contemplou todas as moedas mais significativas e as taxas de juros contemplam somente o valor de principal. Há empréstimos e financiamentos em USD que foram designados como instrumento de *hedge accounting* (Nota 6.1 (a) (ii)).

Legenda:

BRL – Moeda Nacional
 EUR – Moeda da União Europeia (euro)
 PEN – Novo sol Peruano
 CDI – Certificado de Depósito Interbancário
 LIBOR – *London Interbank Offered Rate*
 SOFR – *Secured Overnight Funding Rate*
 TR – Taxa Referencial
 TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo
 IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

7. Instrumentos financeiros por categoria

Política contábil

A Companhia e suas controladas classificam seus instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para a qual eles foram adquiridos e determinam a classificação destes no reconhecimento inicial, conforme as seguintes categorias:

(a) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses instrumentos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

(b) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Instrumentos financeiros que satisfaçam o critério de termos contratuais, que deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros e seja mantido em um modelo de negócios, cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

(c) Instrumentos financeiros ao custo amortizado

Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado.

(d) *Impairment* de ativos financeiros mensurados ao custo

O *impairment* de ativos financeiros é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo-se os prejuízos de crédito "futuro" que não foram incorridos), descontados à taxa de juros em vigor dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Se, em um período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a redução puder ser relacionada objetivamente com um evento ocorrido após o reconhecimento do *impairment* (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão da perda será reconhecida na demonstração do resultado.

VOTORANTIM

NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 | Em milhões de reais

	Nota	2025	2024
Ativos			
Custo amortizado			
Contas a receber de clientes	11	3.416	3.272
Partes relacionadas	14	107	188
Instrumentos financeiros - ações			4.492
		3.523	7.952
Valor justo por meio do resultado			
Caixa e equivalentes de caixa (i)	9	13.777	14.799
Aplicações financeiras	10	3.129	3.485
Instrumentos financeiros - ações		464	140
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1	726	1.007
		18.096	19.431
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes			
Instrumentos financeiros - ações		576	1.900
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1	91	80
		667	1.980
Passivos			
Custo amortizado			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	25.380	29.704
Fornecedores		6.666	8.139
Arrendamento	19	2.534	2.368
Partes relacionadas	14	30	94
Risco sacado a pagar	20	3.749	3.329
Uso do bem público - UBP	23	690	1.802
		39.049	45.436
Valor justo por meio do resultado			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18	443	808
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1	656	589
Contratos futuros de energia		132	722
		1.231	2.119
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes			
Instrumentos financeiros derivativos		423	1.114
		423	1.114

- (i) Na prática, o valor justo e o custo amortizado se equivalem, considerando, por definição, as características dos caixas e equivalentes de caixa.

8. Qualidade dos créditos dos ativos financeiros

Os *ratings* decorrentes de classificação local e global foram extraídos das agências de *rating* (S&P Global Ratings, Moody's e Fitch Ratings). Para fins de apresentação, foi considerado o padrão de nomenclatura da S&P Global Ratings e da Fitch Ratings e a classificação conforme estabelecida nas políticas financeiras.

	2025			2024		
	Rating local	Rating global	Total	Rating local	Rating global	Total
Caixa e equivalentes de caixa						
AAA	5.399		5.399	5.828		5.828
AA+	325		325	361		361
AA		996	996		1.809	1.809
AA-		181	181	108	284	392
A+		1.829	1.829		1.336	1.336
A				51	462	513
A-		528	528		1.817	1.817
BBB+		95	95		6	6
BBB		288	288		12	12
BBB-		5	5			
Sem <i>rating</i> (i)	1	4.130	4.131	74	2.651	2.725
	5.725	8.052	13.777	6.422	8.377	14.799
Aplicações financeiras						
AAA	1.344		1.344	1.803		1.803
AA+				15		15
AA-	10		10			
Sem <i>rating</i> (ii)	2	1.773	1.775	2	1.665	1.667
	1.356	1.773	3.129	1.820	1.665	3.485
Instrumentos financeiros derivativos						
AAA	627		627	1.040		1.040
AA+				15		15
AA		24	24			
A+		11	11		3	3
A-		155	155		24	24
A					5	5
	627	190	817	1.055	32	1.087
	7.708	10.015	17.723	9.297	10.074	19.371

(i) Referem-se a valores aplicados em entidades que não possuem classificação nas agências de *rating*.

(ii) Referem-se a valores aplicados em ativos líquidos negociados no exterior que não possuem classificação nas agências de *rating*.

9. Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

Os saldos de caixa e equivalentes incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a insignificante risco de mudança de valor.

(a) Composição

	2025	2024
Moeda nacional		
Caixa e bancos	19	97
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	1.826	2.522
Operações compromissadas - títulos públicos	1.473	1.834
Operações compromissadas - títulos privados	80	114
	3.398	4.567
Moeda estrangeira		
Caixa e bancos	8.684	8.475
<i>Time deposits</i>	1.522	1.743
Quotas de fundos de investimento	33	8
Outros	140	6
	10.379	10.232
	13.777	14.799

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos (operações *overnight*) ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário. Os equivalentes de caixa em moeda estrangeira são compostos, principalmente, por instrumentos financeiros em moeda local da Companhia e suas investidas.

10. Aplicações financeiras

Política contábil

As aplicações financeiras possuem, em sua maioria, liquidez imediata, não obstante, são classificadas como aplicações financeiras com base nos vencimentos originais, considerando a destinação prevista dos recursos. As aplicações em moeda nacional compreendem títulos públicos ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário.

As aplicações denominadas em moeda estrangeira são compostas, principalmente, por instrumentos financeiros de renda fixa em moeda local (*time deposits*). Há também aplicações que possuem liquidez imediata considerando a destinação prevista dos recursos por Política de Investimentos. Tais aplicações compreendem títulos soberanos e ETFs (*Exchange Traded Funds*) com baixa concentração de risco em ativos específicos, seguindo restrições definidas na Política de Investimentos para resguardar liquidez e mitigar risco de perda de capital.

(a) Composição

	2025	2024
Valor justo por meio do resultado		
Moeda nacional		
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	874	1.161
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	46	177
Operações compromissadas - títulos públicos	420	436
Operações compromissadas - títulos privados		45
Outros	16	1
	1.356	1.820
Moeda estrangeira		
Ativos negociados a mercado	1.533	1.518
Quotas de fundos de investimento	240	147
	1.773	1.665
	3.129	3.485
Circulante	2.849	3.338
Não circulante	280	147
	3.129	3.485

11. Contas a receber de clientes

Política contábil

Correspondem aos valores referentes à venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e de suas controladas.

São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa. As contas a receber de clientes no mercado externo são atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data do balanço.

(a) Composição

	2025	2024
Cientes brasileiros	922	1.230
Cientes fora do Brasil	2.568	2.113
Partes relacionadas	15	49
	<u>3.505</u>	<u>3.392</u>
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa com clientes brasileiros	(64)	(87)
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa com clientes fora do Brasil	(25)	(33)
	<u>(89)</u>	<u>(120)</u>
	<u>3.416</u>	<u>3.272</u>

(b) Composição por moeda

	2025	2024
Real	1.069	1.417
Dólar norte-americano	1.312	920
Euro	428	382
Lira turca	377	256
Peso argentino	179	135
Outras	51	162
	<u>3.416</u>	<u>3.272</u>

(c) Movimentação da perda estimada com crédito de liquidação duvidosa

	2025	2024
Saldo no início do exercício	(120)	(142)
Reversões (adições) líquidas	(32)	(29)
Reversões (adições) líquidas - Operações descontinuadas	(8)	11
Contas a receber de clientes baixados como incobráveis	31	42
Reclassificação para ativos mantidos para venda	37	6
Variação cambial	3	(8)
Saldo no final do exercício	(89)	(120)

(d) Vencimento

	2025	2024
A vencer	3.120	3.027
Vencidos até 3 meses	320	260
Vencidos entre 3 e 6 meses	22	13
Vencidos há mais de 6 meses	43	92
	3.505	3.392

12. Estoques**(a) Composição****Política contábil**

Apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo é determinado pelo método do custo médio ponderado. Os custos dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreendem matérias-primas, mão de obra direta e outros custos diretos e indiretos de produção (com base na capacidade operacional normal).

As controladas, pelo menos uma vez ao ano, realizam o inventário físico das mercadorias constantes em seu estoque. Ajustes de inventário são registrados em rubrica de "Custo dos produtos vendidos e serviços prestados".

A provisão para perdas em estoque refere-se, substancialmente, a materiais obsoletos e de baixo giro.

(a) Composição

	2025	2024
Produtos semiacabados	2.217	3.255
Materiais auxiliares e de consumo	2.019	2.139
Matérias-primas	1.447	1.930
Produtos acabados	1.143	1.707
Importações em andamento	242	150
Outros	103	469
Estimativa de perdas de estoques	(590)	(576)
	6.581	9.074

(b) Movimentação da estimativa de perdas de estoques

	Produtos acabados	Produtos semi acabados	Matérias-primas	Materiais auxiliares e de consumo	Materiais de manutenção	Outros	Total
Em 1º de janeiro de 2024	(31)	(37)	(8)	(209)	(123)	(75)	(483)
Adição	(78)	(62)	(18)	(119)	(137)	(2)	(416)
Reversão	50	28	9	80	124	3	294
Baixa	10			18	39		67
Variação cambial	(6)	(3)	(1)	(51)	29	(21)	(53)
Aquisição de subsidiárias				22	(87)	80	15
Em 31 de dezembro de 2024	(55)	(74)	(18)	(259)	(155)	(15)	(576)
Em 1º de janeiro de 2025	(55)	(74)	(18)	(259)	(155)	(15)	(576)
Adição	(103)	(117)	(9)	(140)	(149)	(1)	(519)
Reversão	92	120	12	88	102	2	416
Baixa	1	3	2	3	10	1	20
Variação cambial	2	1	(3)	23			23
Reclassificação para ativo mantido para venda	8	20	2	6	1	9	46
Em 31 de dezembro de 2025	(63)	(67)	(16)	(285)	(192)	(13)	(590)

13. Tributos a recuperar**Política contábil**

Os tributos a recuperar são mantidos no ativo principalmente com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial da entidade os valores contábeis que serão objeto de futura recuperação.

	2025	2024
Imposto de Renda e Contribuição Social - IRPJ e CSLL	1.245	904
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	154	809
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	353	534
Imposto sobre Valor Adicionado (empresas no exterior) - IVA	136	110
ICMS sobre ativo imobilizado	98	122
Programa de Integração Social - PIS	85	124
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	21	43
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	25	32
Crédito previdenciário	2	2
Outros	199	195
	2.318	2.875
Circulante	985	1.173
Não circulante	1.333	1.702
	2.318	2.875

14. Partes relacionadas

Política contábil

As transações com partes relacionadas são realizadas de maneira que não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Companhia e suas investidas. No curso normal das operações, são realizados contratos com partes relacionadas (controlada, *joint ventures* e acionistas), relacionados à compra e venda de produtos e serviços, empréstimos, arrendamento de bens, venda de matéria-prima e de serviços.

	Coligadas		Controladora		Empreendimentos controlados em conjunto		Outras partes relacionadas		Total	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Ativo										
Circulante										
Caixa e equivalentes de caixa					378	269			378	269
Aplicações financeiras					3					
Instrumentos financeiros derivativos					6	4			6	4
Contas a receber de clientes	14	49			1				15	49
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber	9	27			89	82	23	54	121	163
	23	76			477	355	23	54	520	485
Não circulante										
Instrumentos financeiros derivativos					19	12			19	12
Outros ativos	18	55			89	132			107	188
	18	55			108	144			126	200
Partes relacionadas - Ativo	41	131			585	499	23	54	646	685
Passivo										
Circulante										
Instrumentos financeiros derivativos					7	9			7	9
Fornecedores	229	237					6	6	235	243
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	198	25	865	216					1.063	241
	427	262	865	216	7	9	6	6	1.305	493
Não circulante										
Instrumentos financeiros derivativos					28	41			28	41
Outros passivos		67					30	27	30	94
		67			28	41	30	27	58	135
Partes relacionadas - Passivo	427	329	865	216	35	50	36	33	1.363	628
Resultado										
Vendas	265	700			11	7			276	707
Compras	2.021	2.003							2.021	2.003
Resultado financeiro	3	(2)			28		(2)		29	(2)
	2.289	2.701			39	7	(2)		2.326	2.708

15. Investimentos

Política contábil

Os investimentos em entidades coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (MEP) a partir da data em que eles se tornam sua coligada, empreendimento controlado em conjunto e controlada.

Coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle em conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Acordos em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como operações em conjunto (*joint operations*) ou empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*) dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

A Companhia também reconhece seus ativos de acordo com a participação do empreendedor nos ativos, passivos, receitas e despesas da entidade controlada de forma proporcional. Isso implica em reconhecer a parte do empreendedor nos ativos, passivos, receitas e despesas das *joint ventures*, adicionando tais valores a seus próprios ativos, passivos, receitas e despesas, por natureza (método linha a linha).

(i) *Impairment* de investimentos

Para a apuração dos valores recuperáveis dos investimentos, a Companhia e suas controladas utilizam critérios similares aos utilizados para teste de *impairment* sobre ágio.

(a) Composição

	Patrimônio líquido	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Percentual de participação votante e total (%) (i) Informações em 31/12/2025	Resultado da equivalência		Saldo	
				2025	2024	2025	2024
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial – Coligadas							
Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A.	15.791	3.280	10,33	339	129	1.631	1.406
Cementos Avellaneda S.A.	1.565	66	49,00	32	72	767	1.018
GPIF 2100 McKinney	386		42,70			165	
Cementos Especiales de las Islas S.A.	280	65	49,89	33	25	140	135
Enercan – Campos Novos Energia S.A.	707	525	31,97	118	243	159	369
Outros				56	28	97	102
Controladas em conjunto (Joint ventures)							
Auren Energia S.A.	12.509	(668)	38,88	(182)	175	3.603	3.986
Banco Votorantim S.A. (ii)	13.067	1.256	50,00	628	563	7.029	6.933
Citrosuco S.A. Agroindústria (iv) (v)	5.951	282	50,00	141		2.476	
Citrosuco GmbH (iv)		536		276	649		4.946
DBOAT I Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	601	115	44,96	52	(63)	270	219
Hypera S.A. (iii)	12.530	1.281	11,02	141		1.381	
Hutton Transport Limited	155	36	20,75	9	10	27	26
Midway Group, LLC	66	6	41,50	3	10	33	43
RMC Leasing LLC	1	(5)	41,50	(3)	3	1	15
Grundy–River Holdings LLC	104	14	41,50	7	15	50	51
				1.650	1.859	17.829	19.249
Mais valia							
Auren Energia S.A.				(86)	(86)	1.224	1.085
Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A.				(82)	(71)	786	868
Citrosuco GmbH (iv)				(55)	(49)		824
Citrosuco S.A. Agroindústria (iv)				(2)	(2)	454	54
				(225)	(208)	2.464	2.831
Ágios							
Motiva Infraestrutura de Mobilidade S.A.						553	553
Hypera S.A. (iii)						346	180
Cementos Avellaneda S.A.						201	266
Citrosuco GmbH (iv)							180
Citrosuco S.A. Agroindústria (iv)						352	194
Enercan – Campos Novos Energia S.A.						37	79
Hutton Transport Limited						12	13
Grundy–River Holdings LLC						2	2
						1.503	1.287
Total dos investimentos				1.425	1.651	21.796	23.367
Obrigações a pagar com investidas							
Citrosuco S.A. Agroindústria			50,00		(569)		(2.151)
				1.425	1.082	21.796	21.216

(i) Para algumas investidas o percentual votante não refletirá o saldo de investimento, devido as participações intermediárias de subsidiárias da Companhia.

(ii) O investimento contempla o ajuste a valor justo no montante de R\$ 495 (31 de dezembro de 2024 – R\$ 495).

(iii) Saldo referente a aquisição de investimento na Hypera, conforme detalhamento na Nota 1.1.2 (a).

(iv) Em decorrência de uma reestruturação societária, a Citrosuco GmbH foi incorporada pela nova investida Citrosuco N.L. B.V., a qual, por sua vez, passou a integrar os investimentos da Citrosuco S.A. Agroindústria por meio de um aporte de capital. Dessa forma, a Citrosuco S.A. passou a deter a totalidade da participação na operação no exterior. A VSA manteve, em todos os estágios da operação, sua participação de 50% no conglomerado Citrosuco, não havendo alterações nos saldos líquidos de investimento, ágio e mais valia.

(v) A parcela de R\$ 500 do investimento Citrosuco foi reclassificada para a rubrica "Ativo classificado como mantidos para venda", conforme Nota 1.1.2 (e).

(b) Informações sobre as empresas investidas

	Participação total votante	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido (i)	Receita líquida	Resultado operacional	Resultado financeiro	Lucro líquido (prejuízo) do exercício
Investimentos avaliados por equivalência patrimonial – Coligadas										
Motiva S.A.	10,33	4.730	20.710	1.236	8.413	15.791	71	(260)	(601)	3.280
Cementos Avellaneda S.A.	49,00	617	2.148	558	642	1.565	1.867	248	(174)	66
Enercan – Campos Novos Energia S.A.	31,97	430	800	289	193	748	1.109	774	19	525
Controladas em conjunto (Joint ventures)										
Auren Energia S.A.	38,88	746	16.418	166	4.489	12.509		(168)	(690)	(664)
Banco Votorantim S.A.	50,00	15.309	123.532	125.774		13.067	7.412	1.503		1.256
Citrosuco S.A. Agroindústria	50,00	6.383	15.524	5.798	10.158	5.951	6.315	287	(826)	282
Dboat I Fundo de Inv. em Partic.										
Multiestratégia	44,96	30	605	34		601	32	27	88	115
Hypera S.A.	11,02	6.067	18.930	2.802	9.667	12.528	6.090	1.851	(599)	1.281

(i) Incluindo participação de minoritários

(c) Movimentação

	Investimentos		Obrigações a pagar com investidas	
	2025	2024	2025	2024
Saldo no início do exercício	23.367	20.487	(2.151)	(1.081)
Equivalência patrimonial	1.284	1.651	141	(569)
Variação cambial de investimentos no exterior	(1.102)	2.137	344	(362)
Aumento de capital	180	351		
Dividendos e juros sobre capital próprio	(1.195)	(1.160)		
Hedge de fluxo de caixa	(39)	16	131	(139)
Efeito da transação de reestruturação da investida Citrosuco (i)	(4.466)		4.466	
Aquisição de investimentos (ii)	1.648			
Transferência investimento (i)	2.931		(2.931)	
Reclassificação para ativos mantidos para venda – Citrosuco (iii)	(500)			
Reclassificação para ativos mantidos para venda – CBA (iv)	(221)			
Resultado de operação descontinuada (iv)	134			
Outros	(205)	(115)		
Saldo no final do exercício	21.796	23.367		(2.151)

(i) Em decorrência de uma reestruturação societária, a Citrosuco GmbH foi incorporada pela nova investida Citrosuco N.L. B.V., a qual, por sua vez, passou a integrar os investimentos da Citrosuco S.A. Agroindústria por meio de um aporte de capital. Dessa forma, a Citrosuco S.A. passou a deter a totalidade da participação na operação no exterior. A VSA manteve, em todos os estágios da operação, sua participação de 50% no conglomerado Citrosuco, não havendo alterações nos saldos líquidos de investimento, ágio e mais valia. Consequentemente, o saldo anteriormente alocado em “Obrigações a pagar com investidas” foi reclassificado para Investimentos.

(ii) Saldo referente a aquisição de investimento na Hypera, conforme detalhamento na Nota 1.1.2 (a)

(iii) Parcela do investimento Citrosuco reclassifica para a rubrica “Ativo classificado como mantidos para venda”, conforme Nota 1.1.2

(e).

(iv) Saldo referente a participação detida pela CBA na investida Enercan – Campos Novos Energia S.A., conforme Nota 30.

16. Imobilizado

Política contábil

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou de construção deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição ou a construção de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando há probabilidade de benefícios econômicos futuros associados ao item e quando o custo do item pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos ativos imobilizados é calculada pelo método linear, considerando os custos e os valores residuais durante a vida útil estimada.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando for maior que o seu valor recuperável estimado, de acordo com os critérios que a Companhia e suas controladas adotam para determinar o valor recuperável.

Ganhos e perdas de alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outros resultados operacionais" na demonstração do resultado.

(i) *Impairment* de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas possam indicar deterioração ou perda do valor contábil. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa (UGC) excede seu valor recuperável, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (UGC). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sofrido *impairment*, são revisados posteriormente para a análise de uma possível reversão do *impairment*, na data do balanço.

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia e suas controladas é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

(a) Composição e movimentação

	Terras, terrenos e benfeitorias	Edifícios e construções	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos	Móveis e utensílios	Obras em andamento	Obrigação para desmobilização de ativos	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Outros	Total
Em 1º de janeiro de 2024	1.857	9.455	16.837	614	46	6.091	492	494	555	36.441
Custo	1.958	17.914	48.359	2.074	281	6.091	1.191	1.014	864	79.746
Depreciação acumulada	(101)	(8.459)	(31.522)	(1.460)	(235)		(699)	(520)	(309)	(43.305)
Adições	4	33	38	3	3	5.387	276		7	5.751
Baixas	(20)	(6)	(100)	(1)		(47)		(2)		(176)
Baixas das operações descontinuadas	(7)	(5)	(6)	(1)		(45)				(64)
Depreciação	(9)	(734)	(1.794)	(162)	(10)		(20)	(39)	(12)	(2.780)
Depreciação das operações descontinuadas	(2)	(71)	(409)	(8)	(1)		(14)	(6)		(511)
Variação cambial	203	903	1.597	121	6	549	13	37	429	3.858
Reversão (provisão) de <i>impairment</i>	1	25	(52)	1	(1)	(42)	30			(38)
Reavaliação do fluxo de caixa					1		(92)			(91)
Reclassificação para ativos mantidos para venda	(52)	(87)	(481)	(2)		(99)	(7)			(728)
Efeito de nova subsidiária adquirida		93	50	2			(14)	(2)	(6)	123
Transferências	76	1.736	3.195	241	11	(5.353)		42	20	(32)
Em 31 de dezembro de 2024	2.051	11.342	18.875	808	55	6.441	664	524	993	41.753
Custo	2.350	21.807	54.236	2.683	323	6.441	1.418	984	1.484	91.726
Depreciação acumulada	(299)	(10.465)	(35.361)	(1.875)	(268)		(754)	(460)	(491)	(49.973)
Adições	24	65	238		7	6.153	58		9	6.554
Baixas	(18)	(4)	(54)	(3)		(8)				(87)
Baixas das operações descontinuadas	(2)		(31)			(29)			(3)	(65)
Depreciação	(14)	(565)	(2.127)	(169)	(14)		(49)	(36)	(3)	(2.977)
Depreciação das operações descontinuadas	(2)	(78)	(485)	(13)	(1)		(11)	(1)		(591)
Variação cambial	(176)	(550)	(812)	(61)		(364)	(2)	(21)	(176)	(2.162)
Reversão (provisão) de <i>impairment</i>		16	16			(21)	26			37
Reavaliação do fluxo de caixa							53			53
Reclassificação para ativos mantidos para venda	(299)	(1.620)	(3.108)	(28)	(8)	(1.049)	(108)	(18)	(211)	(6.449)
Efeito de nova subsidiária adquirida	158	107	61	63						389
Transferências	35	1.297	3.059	300	13	(4.894)	10	58	21	(101)
Em 31 de dezembro de 2025	1.757	10.010	15.632	897	52	6.229	641	506	630	36.354
Custo	2.090	19.121	45.579	2.681	292	6.229	1.250	924	715	78.881
Depreciação acumulada	(333)	(9.111)	(29.947)	(1.784)	(240)		(609)	(418)	(85)	(42.527)
Taxas médias anuais de depreciação em 2024 - %	1	4	9	20	10		5	7	5	
Taxas médias anuais de depreciação em 2025 - %	4	4	7	17	8		2	10	8	

(b) Obras em andamento

O saldo é composto principalmente de projetos de expansão e otimização das empresas industriais.

Segmento	2025	2024
Votorantim Cimentos S.A.	3.521	3.208
Nexa Resources S.A.	2.583	1.943
Companhia Brasileira de Alumínio		1.007
Outros	125	283
	<u>6.229</u>	<u>6.441</u>
Nexa Resources	2025	2024
<i>Sustaining</i>	2.138	1.088
Projetos de expansão e modernização	234	575
Projetos segurança, saúde e meio ambiente	181	138
Outros	30	142
	<u>2.583</u>	<u>1.943</u>
Votorantim Cimentos		2024
<i>Sustaining</i>	1.380	1.295
Modernização industrial	1.007	1.014
Expansão	259	454
Meio ambiente e segurança	832	329
Outros	43	116
	<u>3.521</u>	<u>3.208</u>

17. Intangível

Política contábil

(i) Ágio

O ágio (*goodwill*) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da entidade adquirida. O ágio de aquisições de controladas é registrado como "Ativo intangível" nas demonstrações financeiras consolidadas. O ágio é testado anualmente para verificação de prováveis perdas (*impairment*) e contabilizado pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, que não são revertidas. Os ganhos e as perdas da alienação de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relacionado com a entidade vendida.

O ágio é alocado às Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs") para fins de teste de *impairment*. A alocação é feita para as UGCs ou para os grupos de UGCs que devem se beneficiar da combinação de negócios da qual o ágio se originou.

Anualmente, a Companhia e suas controladas revisam o valor contábil líquido do ágio, com o objetivo de avaliar se houve deterioração ou perda no valor recuperável. Os valores recuperáveis de UGCs foram determinados de acordo com o valor em uso, efetuados com base no modelo de fluxo de caixa descontado. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

(ii) Direitos sobre recursos naturais

Os custos relacionados a aquisição de direitos de exploração de minas, a manutenção para aumentar o acesso ao minério e os direitos adquiridos relativos à exploração de recursos eólicos são capitalizados e amortizados usando-se o método linear ao longo das vidas úteis, ou, quando aplicável, com base na exaustão de minas no caso de direitos de exploração de minas.

Após o início da fase produtiva da mina ou da operação do parque eólico, esses gastos são amortizados e tratados como custo de produção.

A exaustão de recursos minerais e parques eólicos é calculada com base na extração e utilização, respectivamente, considerando-se as vidas úteis estimadas.

(iii) Softwares

Os custos associados à manutenção de softwares são amortizados durante sua vida útil.

(iv) Uso do bem público – UBP

Corresponde aos valores estabelecidos nos contratos de concessão relacionados aos direitos de exploração do potencial de geração de energia hidrelétrica (concessão onerosa), cujo contrato é assinado na modalidade de uso do bem público.

O registro contábil é feito no momento da liberação da licença de operação, independentemente do cronograma de desembolsos estabelecido no contrato. O registro inicial desse passivo (obrigação) e do ativo intangível (direito de concessão) corresponde aos valores das obrigações futuras trazidos a valor presente (valor presente do fluxo de caixa dos pagamentos futuros).

A amortização do intangível é calculada pelo método linear pelo prazo remanescente da concessão. O passivo financeiro é atualizado pelo índice contratual estabelecido e pelo ajuste a valor presente em decorrência da passagem do tempo e reduzido pelos pagamentos efetuados.

(v) Cláusulas de relacionamento com clientes e acordos de não-concorrência

Quando adquiridos em combinação de negócios são reconhecidos pelo valor justo na data de aquisição. As cláusulas de relacionamento com clientes e acordos de não concorrência têm vida útil finita. A amortização é calculada pelo método linear sobre a vida útil estimada.

(a) Composição e movimentação

	Direitos de exploração sobre recursos naturais	Ágios	Obrigação para desmobilização de ativos	Uso do bem público - UBP	Contratos, relação com clientes e acordos	Repactuação do risco hidrológico	Software	Intangível em andamento	Outros	Total
Em 1º de janeiro de 2024	5.497	5.073	267	452	201	276	187	241	649	12.843
Custo	13.552	5.073	546	768	623	341	956	241	1.178	23.278
Amortização e exaustão acumulada	(8.055)		(279)	(316)	(422)	(65)	(769)		(529)	(10.435)
Adições	18	21	1				48	452	1	541
Baixas		(11)					(1)	(2)	(442)	(456)
Baixas das operações descontinuadas									(2)	(2)
Amortização e exaustão	(659)		(42)	(3)	(20)	(6)	(81)		(6)	(817)
Amortização e exaustão das operações descontinuadas	(4)			(22)		(20)	(11)		(10)	(67)
Reclassificação para ativos mantidos para venda	(26)	(414)					(2)		(21)	(463)
Reversão de <i>impairment</i>	57								159	216
Variação cambial	1.075	1.444	27		51		26	12	94	2.729
Reavaliação do fluxo de caixa			75							75
Transferências	325						134	(427)		32
Em 31 de dezembro de 2024	6.283	6.113	328	427	232	250	300	276	422	14.631
Custo	16.795	6.113	696	806	785	341	1.231	276	969	28.012
Amortização e exaustão acumulada	(10.512)		(368)	(379)	(553)	(91)	(931)		(547)	(13.381)
Adições	1	125	12				28	436		602
Baixas	(1)					1				(3)
Baixas das operações descontinuadas								(3)		(3)
Amortização e exaustão	(615)	106	(54)	(6)	(19)	(6)	(144)		(7)	(745)
Amortização e exaustão das operações descontinuadas	(12)			(19)		(12)	(18)		(10)	(71)
Reclassificação para ativos mantidos para venda	(125)	(226)		(301)		(147)	(87)	(14)	(14)	(914)
Reversão de <i>impairment</i>	467								6	473
Variação cambial	(498)	(756)	(11)		(24)	1	(3)	23	(93)	(1.361)
Reavaliação do fluxo de caixa			1							1
Transferências	333						272	(538)	35	102
Efeito de nova subsidiária adquirida	41	7				(1)				47
Em 31 de dezembro de 2025	5.874	5.369	276	101	189	86	348	180	339	12.762
Custo	15.465	5.369	675	246	700	112	1.267	180	777	24.791
Amortização e exaustão acumulada	(9.591)		(399)	(145)	(511)	(26)	(919)		(438)	(12.029)
Taxas médias anuais de amortização e exaustão em 2024 - %	6		5	7	7	3	20			
Taxas médias anuais de amortização e exaustão em 2025 - %	4		9	2	7	3	21			

(b) Ágio decorrente de aquisições

Política contábil

A Companhia e suas controladas utilizam o método de aquisição para contabilização de transações classificadas como combinação de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos em combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. A Companhia e suas controladas reconhecem a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controladora no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A participação não controladora a ser reconhecida é determinada em cada aquisição.

(c) Teste do ágio para verificação de *impairment*

Os ativos que têm vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente ou sempre que houver indicativo de deterioração ou perda do valor contábil para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*).

A Companhia e suas controladas avaliam, pelo menos, anualmente a recuperabilidade do valor contábil do segmento operacional das UGCs. O processo de estimar esses valores envolve o uso de premissas, julgamentos e estimativas sobre os fluxos de caixa futuros que representam a melhor estimativa da Companhia e de suas controladas.

Os cálculos do valor em uso têm como premissas as projeções de fluxo de caixa, antes do cálculo do imposto de renda e da contribuição social, e como base os orçamentos financeiros aprovados pela Administração para o período projetado para os próximos cinco anos. Os valores referentes aos fluxos de caixa, para o período excedente aos cinco anos, foram extrapolados com base nas taxas de crescimento estimadas. A taxa de crescimento não ultrapassa a média de longo prazo para o setor.

18. Empréstimos, financiamentos e debêntures

Política contábil

Os empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

Os custos de financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que resultarão em benefícios

econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

(a) Composição e valor justo

Modalidade	Encargos anuais médios	Circulante		Não circulante		Total		Valor justo (iii)	
		2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Moeda nacional									
Debêntures	CDI + 1,00% / IPCA + 4,79% / 11,51% Prê BRL	138	98	7.103	6.294	7.241	6.392	7.391	6.220
BNDES	IPCA + 5,76% / 2,11% Prê BRL / SELIC + 3,10% / TJLP + 2,82%	156	165	809	1.109	965	1.274	905	1.119
Notas de crédito exportação (i)	CDI + 1,39%		3		921		924		896
Agência de fomento	IPCA + 1,54% / TLP - 0,48% / TR 4,03%	27	11	187	257	214	268	170	238
Outros	CDI + 1,75% / 7,00% Prê BR / 3,30% TR	271	28	460	458	731	486	742	575
		592	305	8.559	9.039	9.151	9.344	9.208	9.048
Moeda estrangeira									
Eurobonds - USD	6,54% Prê USD	169	199	11.140	12.585	11.309	12.784	12.552	12.938
Nota de crédito exportação	6,35% Prê USD / SOFR 2,40% / SOFR TERM 2,50%	5	54	667	3.355	672	3.409	672	2.842
Empréstimos sindicalizados / bilaterais	3,07% Prê EUR / 5,14% Prê BOB / 10,45% Prê UYU / SOFR 1,20% / 0,99% EURIBOR / 0,94% CORRA / 6,75% Prê USD	53	71	2.399	1.472	2.452	1.543	2.408	1.479
Agência de fomento	SOFR TERM 1,40%	75	26	757	901	832	927	847	901
Empréstimos - Lei nº 4.131/1962 (ii)	3,32% Prê USD	3	3	440	805	443	808	436	767
Eurobonds - BOB	5,55% Prê BOB	32	68	120	359	152	427	136	343
BNDES	5,46% Prê USD		9		127		136		69
Outros	6,00% Prê EUR / SOFR TERM 2,20% / 36,32% Prê ARS / 9,50% Prê USD	117	73	695	1.061	812	1.134	728	1.092
		454	503	16.218	20.665	16.672	21.168	17.779	20.431
		1.046	808	24.777	29.704	25.823	30.512	26.987	29.479
Parcela circulante dos empréstimos, financiamentos e debêntures captados a longo prazo		299	269						
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures		275	468						
Empréstimos, financiamentos e debêntures captados a curto prazo		472	71						
		1.046	808						

- (i) Alguns contratos de empréstimo na modalidade de nota de crédito à exportação possuem contratos de swap atrelados (instrumento financeiro derivativo), que visam a troca de exposição à taxa flutuante CDI em reais para taxa pré-fixada em dólares americanos, com a troca de moeda em real para dólar.
- (ii) Os empréstimos relativos à Lei nº 4.131/1962 possuem *swaps* (instrumentos financeiros derivativos) que visam tanto a troca de taxas flutuantes em LIBOR e pré-fixada para taxa flutuante em CDI, como a troca de moeda, dólar para real.
- (iii) A Companhia e suas controladas utilizam como referência a taxa de risco de crédito individual da Companhia e de suas controladas. O valor justo dos *Bonds* foi calculado utilizando como referência preços unitários divulgados no mercado secundário.

Legenda:

BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
 BRL - Moeda nacional (real)
 BOB - Boliviano da Bolívia
 CDI - Certificado de Depósito Interbancário
 CORRA - *Canadian Overnight Repo Rate Average*
 EUR - Moeda da União Europeia (euro)
 EURIBOR - *European Interbank Offered Rate* (Europa)
 IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

SELIC - Sistema Especial de Liquidação e Custódia
 SOFR - *Secured Overnight Financing Rate*
 TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo
 TR - Taxa referencial
 TRY - Lira turca
 USD - Dólar americano
 UYU - Peso uruguaio

(b) Movimentação

	2025	2024
Saldo no início do exercício	30.512	25.118
Captações	11.238	9.541
Provisão de juros	2.054	1.705
Provisão de juros - operações descontinuadas	379	
Ajuste a valor justo por meio do resultado do exercício	32	(130)
Variação cambial e monetária	(1.994)	5.206
Juros pagos	(2.374)	(1.801)
Amortizações	(9.481)	(9.539)
Ajuste a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (i)	(205)	434
Ganho na renegociação de dívidas	(11)	(13)
Ganho na renegociação de dívidas - operações descontinuadas	(51)	(9)
Reclassificação para mantidos para venda	(4.276)	
Saldo no final do exercício	25.823	30.512

(i) Refere-se ao valor da curva dos instrumentos financeiros combinados designados como *hedge accounting*.

VOTORANTIM NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 | Em milhões de reais

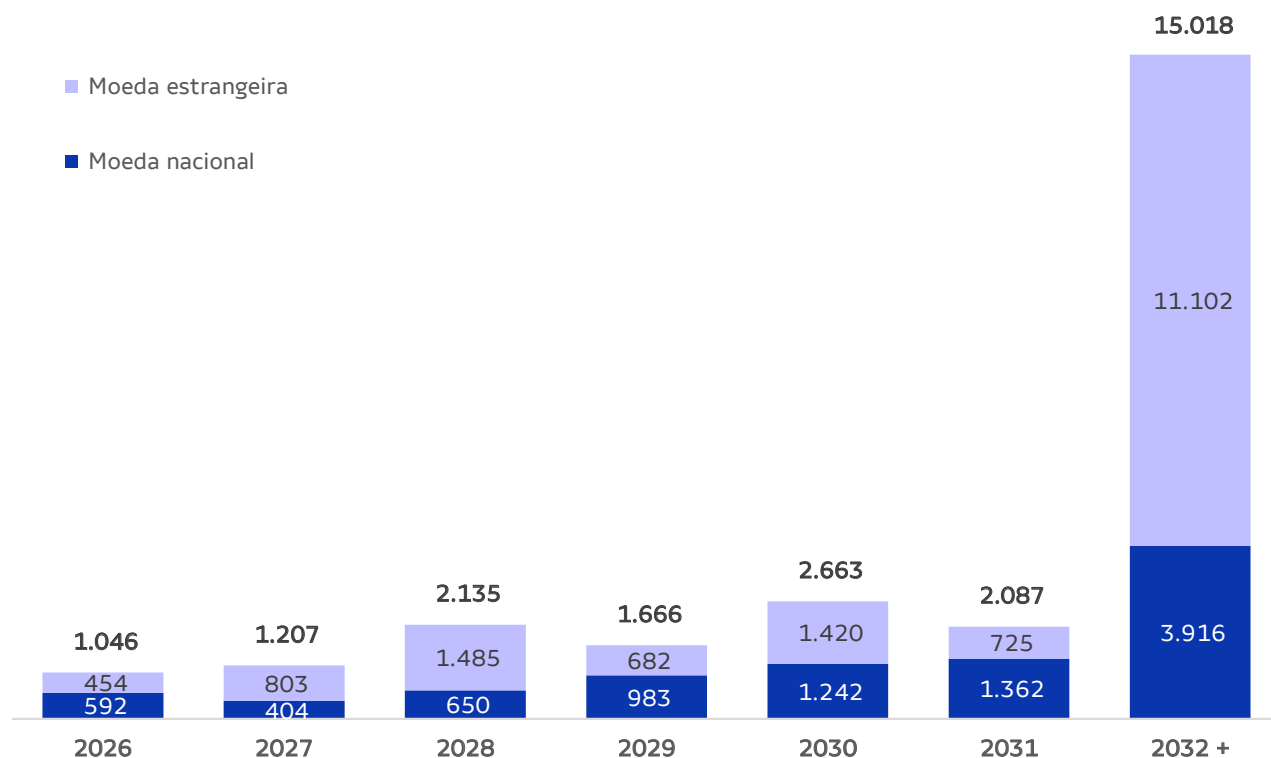
(c) Captações e amortizações

Por meio de captações e pagamentos antecipados de dívidas, a Companhia e suas controladas buscam alongar o prazo médio dos vencimentos, bem como equilibrar a exposição a diferentes moedas dos empréstimos e financiamentos a sua geração de caixa. As principais captações e amortizações efetuadas no exercício foram as seguintes:

Captações							
Período	Empresa	Modalidade	Moeda	Principal	Principal BRL	Vencimento	Custo
Janeiro	St Marys Cement Inc.	Empréstimos Sindicalizados/Bilateral	USD	40	247	2028	SOFRTERM3M+0,95%
Janeiro	St Marys Cement Inc.	Empréstimos Sindicalizados/Bilateral	CAD	55	233	2028	CDOR+0,95%
Fevereiro	Acerbrag S.A.	Capital de Giro ARS	ARS	48.000	263	2026	Fixed+35,2%
Fevereiro	St Marys Cement Inc.	Empréstimos Sindicalizados/Bilateral	USD	36	207	2028	SOFRTERM1M+0,95%
Fevereiro	St Marys Cement Inc.	Empréstimos Sindicalizados/Bilateral	CAD	31	125	2027	CDOR+0,95%
Março	St Marys Cement Inc.	Empréstimos Sindicalizados/Bilateral	CAD	31	120	2027	CDOR+0,95%
Março	St Marys Cement Inc.	Empréstimos Sindicalizados/Bilateral	USD	85	488	2026	SOFRTERM3M+0,88%
Março	Itacamba Cimentos S.A.	Empréstimos Sindicalizados/Bilateral	BOB	137	114	2032	FIXED+6%
Abril	Nexa Resources S.A.	Eurobonds	USD	500	2.968	2037	Fixed+6,6%
Abril	St Marys Cement Inc.	Empréstimos Sindicalizados/Bilateral	USD	55	315	2028	SOFRTERM3M+0,95%
Maio	Votorantim Cimentos S.A.	Debênture-Passivos	BRL	1.000	1.000	2032	CDI+0,67%
Maio	Nexa Recursos Minerais S.A.	ACC-Adto de ContratodeCâmbio	USD	40	224	2025	Fixed+5,35%
Junho	Votorantim Cimentos EA Inversiones, S.L.	Empréstimo Bilateral	EUR	55	348	2030	EuriborEUR12M+0,99%
Junho	St Marys Cement Inc.	Empréstimos Sindicalizados/Bilateral	USD	25	136	2027	SOFRTERM3M+0,94%
Setembro	AcerbragS.A.	Capitalde Giro USD	USD	20	106	2026	Fixed+9,5%
Novembro	Votorantim Cimentos S.A.	Debênture-Passivos	BRL	1.000	1.000	2033	CDI+0,6%
Dezembro	St Marys Cement Inc.	Empréstimo Bilateral	USD	100	546	2031	SOFR+1,2%
Dezembro	Votorantim Cimentos EA Inversiones, S.L.	Empréstimo Bilateral	EUR	50	318	2030	FIXED+3,1%
Dezembro	St Marys Cement Inc.	Empréstimo Bilateral	USD	100	539	2030	SOFR+1,2%
Dezembro	St Marys Cement Inc.	Empréstimos Sindicalizados/Bilateral	USD	30	166	2026	FIXED+6,75%

Amortizações							
Período	Empresa	Modalidade	Moeda	Principal	Principal BRL	Vencimento	
Março	St Marys Cement Inc.	Empréstimos Sindicalizados/Bilateral	USD	85	492	2027	
Março	Itacamba Cimentos S.A.	Título de dívida BOB	BOB	220	185	2029	
Abril	Nexa Resources S.A.	Eurobonds	USD	105	636	2027	
Abril	Nexa Resources S.A.	Eurobonds	USD	289	1.754	2028	
Maio	Nexa Resources S.A.	Eurobonds	USD	111	623	2027	
Maio	Votorantim Cimentos S.A.	Debênture-Passivos	BRL	450	450	2025	
Maio	Votorantim Cimentos S.A.	Empréstimos Resolução 4131	USD	50	284	2026	
Junho	Votorantim Cimentos EA Inversiones, S.L.	Empréstimo Bilateral	EUR	40	258	2025	
Agosto	St Marys Cement Inc.	Empréstimos Sindicalizados/Bilateral	USD	55	300	2027	
Setembro	St Marys Cement Inc.	Empréstimos Sindicalizados/Bilateral	USD	20	108	2027	
Outubro	St Marys Cement Inc.	Empréstimos Sindicalizados/Bilateral	USD	49	262	2025	
Novembro	Nexa Recursos Minerais S.A.	ACC-Adto de Contrato de Câmbio	USD	40	213	2025	
Novembro	Votorantim Cimentos S.A.	Debênture-Passivos	BRL	250	250	2028	

(d) Perfil de vencimento



(e) Composição por moeda

	Circulante		Não circulante		Total	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Dólar americano	369	341	14.638	19.392	15.007	19.733
Real	592	305	8.559	9.039	9.151	9.344
Boliviano	77	85	377	495	454	580
Euro	3	24	687	679	690	703
Outras	5	53	516	99	521	152
	1.046	808	24.777	29.704	25.823	30.512

(f) Composição por indexador

	Circulante		Não circulante		Total	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Moeda nacional						
CDI	143	111	4.833	5.342	4.976	5.453
IPCA	12	11	1.877	1.793	1.889	1.804
TLP	98	94	809	1.045	907	1.139
TR	1		726	479	727	479
TJLP	52	49	101	194	153	243
Taxa pré-fixada	241		213	151	454	151
SELIC	45	40		35	45	75
	592	305	8.559	9.039	9.151	9.344
Moeda estrangeira						
Taxa pré-fixada	369	409	12.740	16.482	13.109	16.891
SOFR	84	90	2.799	3.831	2.883	3.921
EURIBOR	1	4	679	352	680	356
	454	503	16.218	20.665	16.672	21.168
	1.046	808	24.777	29.704	25.823	30.512

(g) Garantias

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia garante e presta avais cujos saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures são:

	2025	2024
Empresa		
Votorantim Cimentos International S.A.	1.840	2.074
Auren Energia S.A.	491	993
Companhia Brasileira de Alumínio	144	163
Acerbrag S.A.	1	24
	2.476	3.254

Em 31 de dezembro de 2025, os seguintes valores estavam garantidos por bens do ativo imobilizado em função de alienação fiduciária:

	2025	2024
Investida		
Votorantim Cimentos S.A.	1.129	1.088
Nexa Resources S.A.	628	662
Altre Empreendimentos Imobiliários S.A.	1.187	1.187
	2.944	2.937

VOTORANTIM NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 | Em milhões de reais

(h) Movimentação das atividades de financiamento

	Empréstimos, financiamentos e debêntures	Arrendamentos	Instrumentos financeiros derivativos	Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar e participação dos acionistas não controladores	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(25.119)	(1.118)	117	(7.459)	(33.579)
Fluxo de caixa das atividades					
Operacionais	1.777	8	10	82	1.877
Financiamento	(2)	898	30	1.709	2.635
Alterações sem efeito caixa					
Deliberação e reversão de dividendos, líquido				(1.073)	(1.073)
Juros, variações monetárias e cambiais	(6.900)	(504)	(142)	(815)	(8.361)
Ajuste a valor justo	(282)				(282)
Ganho (Perda) na renegociação de dívidas	(24)				(24)
Adoção inicial do IFRS 16		(1.652)			(1.652)
Reclassificação para mantidos para venda	38				38
Outros resultados abrangentes e efeitos não caixa			(509)	196	(313)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(30.512)	(2.368)	(494)	(7.360)	(40.734)
Fluxo de caixa das atividades					
Operacionais	2.374		157	(1.343)	1.168
Financiamento	(1.460)	1.017	(21)	5.006	4.563
Alterações sem efeito caixa					
Juros, variações monetárias e cambiais	(182)	120		403	341
Ajuste a valor justo e valor presente	(32)	(233)	266	(865)	(865)
Ganho (Perda) na renegociação de dívidas	11				11
Aquisição de ativo imobilizado e contratos de arrendamento	(297)	(1.289)			(1.586)
Deliberação e reversão de dividendos, líquido				(4.100)	(4.100)
Transferência para mantido para venda	4.275	219	181	29	4.704
Saldo em 31 de dezembro de 2025	(25.823)	(2.534)	89	(8.230)	(36.498)

(i) Obrigações contratuais / Índices financeiros

Determinados contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures estão sujeitos ao cumprimento de certos índices financeiros (*covenants*).

A Companhia e suas controladas atenderam a todas as condições estabelecidas nas cláusulas contratuais de empréstimos, financiamentos e debêntures, quando aplicáveis.

(ii) Reforma da LIBOR e de outras taxas interbancárias oferecidas (IBOR)

Certos empréstimos e financiamentos das controladas CBA e VCSA foram impactados pela reforma da LIBOR, sendo que para essas transações os termos contratuais iniciais foram alterados por meio de aditivos para determinar a substituição do benchmark, ou os contratos originais já possuíam previsões de transição a um novo benchmark aplicáveis a partir de descontinuidade da LIBOR durante o exercício de 2025. As controladas determinaram que o critério para aplicação do expediente prático descrito nas alterações do IFRS 9 - Instrumentos financeiros foi atingido nestes contratos, com isso a substituição do indexador em 2025 não gerou ganho ou perda no resultado do exercício.

19. Direito de uso em arrendamentos

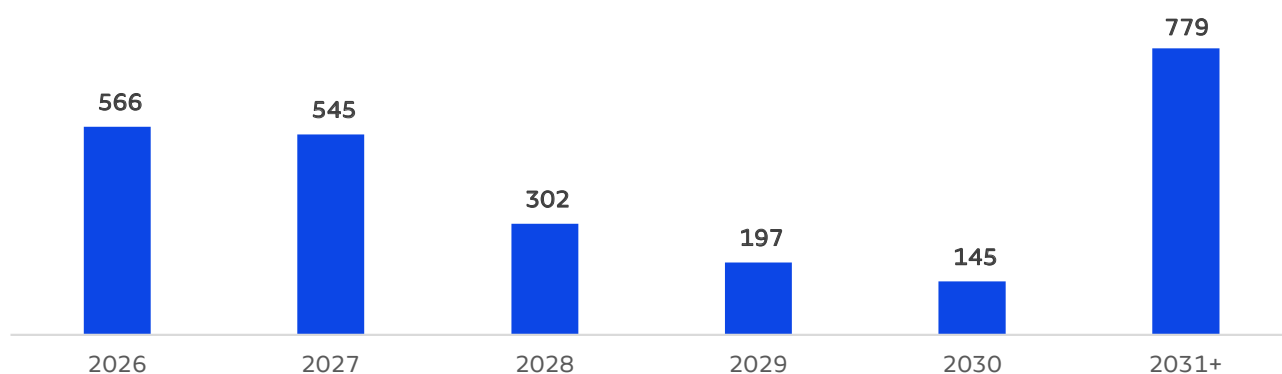
(a) Composição e movimentação do ativo de direitos de uso

	Terras e terrenos	Imóveis, edifícios e salas comerciais	Máquinas, equipamentos e instalações	Equipamentos de informática	Veículos	Embarcações	Total
Em 1º de janeiro de 2024	435	82	173	2	57	339	1.088
Custo	543	270	570	4	352	794	2.533
Amortização acumulada	(108)	(188)	(397)	(2)	(295)	(455)	(1.445)
Novos contratos	110	172	885	4	202	279	1.652
Reavaliação de principal		19	3				22
Baixas	(8)		(17)		(17)		(42)
Renegociação de contratos			5				5
Reclassificação para ativos mantidos para venda	(4)		(4)		(5)		(13)
Variação cambial	113	10	36		12	92	263
Amortização	(43)	(70)	(268)	(2)	(120)	(160)	(663)
Amortização de operações descontinuadas		(3)	(45)		(18)		(66)
Em 31 de dezembro de 2024	603	210	768	4	111	550	2.246
Custo	779	439	1.482	7	456	1.316	4.479
Amortização acumulada	(176)	(229)	(714)	(3)	(345)	(766)	(2.233)
Novos contratos	63	118	479	6	99	524	1.289
Reavaliação de principal		12	12	1	19		44
Reavaliação de taxa de juros		(3)	8		2		7
Baixas	(2)	(2)	(81)		(7)		(92)
Renegociação de contratos	18	(1)		19	6		42
Variação cambial	(60)	(5)	(17)		(5)	(47)	(134)
Amortização	(44)	(70)	(303)	(2)	(72)	(206)	(697)
Amortização de operações descontinuadas		(9)	(56)		(16)		(81)
Reclassificação para ativos mantidos para venda		(7)	(191)		(5)		(203)
Em 31 de dezembro de 2025	578	243	619	28	132	821	2.421
Custo	820	533	1.531	44	437	1.706	5.071
Amortização acumulada	(242)	(290)	(912)	(16)	(305)	(885)	(2.650)

(b) Movimentação dos arrendamentos

	2025	2024
Saldo no início do exercício	2.368	1.118
Novos contratos	1.289	1.652
Ajuste a valor presente	181	208
Variação cambial	(318)	270
Reavaliação de principal	52	21
Renegociação de contratos	190	5
Reavaliação de taxa de juros	8	
Reclassificação para ativos mantidos para venda	(219)	(8)
Liquidações	(1.017)	(898)
Saldo no final do exercício	2.534	2.368
Circulante	566	584
Não circulante	1.968	1.784
Saldo no final do exercício	2.534	2.368

(c) Perfil de vencimento



20. Risco sacado a pagar

As controladas firmaram convênios junto a instituições financeiras, com o objetivo de permitir aos fornecedores nos mercados interno e externo, a antecipação de seus recebíveis. Nessas operações, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos provenientes das vendas das mercadorias para as instituições financeiras e em troca recebem antecipadamente esses recursos da instituição financeira, descontados por um deságio cobrado diretamente pelo banco no momento da cessão, que por sua vez, passam a ser credoras da operação. Independente desses convênios com as instituições financeiras, as condições comerciais são sempre acordadas entre suas controladas e o fornecedor.

As controladas, como parte do curso normal dos seus negócios, também recebem de seus fornecedores, notificação de solicitação de cessão de crédito para instituições financeiras diversas, com o objetivo de antecipação de seus recebíveis. Quando notificadas, as controladas efetuam o pagamento das duplicatas diretamente as instituições financeiras, nos exatos termos e condições acordados com o fornecedor. Esses casos, por não estarem contemplados em arcabouço contratual definido pelos convênios de risco sacado, não são destacados nessa classificação e considerados normalmente na linha de contas a pagar a fornecedores.

Com base nos requerimentos do CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, as controladas avaliaram que estas transações não geram modificação substancial dos passivos originais com fornecedores e, dessa forma, os pagamentos desses títulos são apresentados como saídas de caixa dentro do grupo de atividades operacionais na demonstração do fluxo de caixa, de acordo com o CPC 03 (R2) / IAS 7, equivalente ao contas a pagar com fornecedores. As controladas avaliaram que a substância econômica dessas transações é de natureza operacional e que os potenciais efeitos de ajuste a valor presente dessas operações são irrelevantes para mensuração e divulgação. As controladas entendem que a apresentação do valor devido como risco sacado a pagar é relevante para o entendimento da sua posição patrimonial.

As contas a pagar incluídas nesses contratos estão demonstradas conforme abaixo:

	2025	2024
Saldo de fornecedores com acordo de financiamento – risco sacado		
Mercado interno		
Até 120 dias	272	177
Até 180 dias	299	432
Até 360 dias	197	
	768	609
Mercado externo		
Até 120 dias	147	16
Até 180 dias	2.084	1.794
Até 360 dias	750	910
	2.981	2.720
	3.749	3.329
Intervalo de prazos de pagamentos (i)		
Fornecedores – mercado interno		
Fornecedores comparáveis	5-90	5-90
Risco sacado	60-185	30-180
Fornecedores – mercado externo		
Fornecedores comparáveis	15-180	15-120
Risco sacado	30-360	30-360

(i) Em número de dias após a emissão da nota fiscal

21. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Política contábil

Os saldos referentes ao imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto e contribuição social correntes e diferidos. O imposto sobre a renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto e a contribuição social também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda e contribuição social com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido.

A Companhia e suas controladas estão sujeitas ao imposto de renda, e quando aplicável a contribuição social em todos os países em que opera. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por entidade com base em alíquotas e regras fiscais em vigor na localidade da entidade. A Companhia e suas controladas também reconhecem provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

(a) Reconciliação da despesa de Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL")

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro, apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal brasileira:

	2025	2024
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	4.143	2.418
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(1.409)	(822)
Ajustes para apuração do IRPJ e da CSLL efetivos		
Crédito de IR pago no exterior IN 1520/14	834	572
Equivalência patrimonial	485	324
Constituição de tributo diferido de períodos anteriores	310	79
Variação cambial dos ativos imobilizados sem constituição de diferido	298	(9)
Operações Descontinuadas	225	55
Tratamento tributário incerto	127	(566)
Incentivo fiscal	89	64
Diferença referente alíquota de empresas no exterior	63	99
Adições e exclusões sem constituição de diferido	12	(8)
Adição de lucro no exterior IN 1520/14	(1.014)	(645)
Prejuízo fiscal e base negativa sem constituição de tributo diferido	(229)	(226)
Juros sobre capital próprio	(141)	(145)
Ganho na venda de instrumentos financeiros (ações)	(1)	(120)
Acordo celebrado com o CADE		(372)
Outras adições e exclusões permanentes líquidas	(81)	(14)
IRPJ e CSLL apurados	(432)	(1.734)
Correntes	(1.722)	(1.935)
Diferidos	1.290	201
IRPJ e CSLL no resultado	(432)	(1.734)
Taxa efetiva - %	10%	72%

(b) Composição dos saldos de impostos diferidos

	2025	2024
Créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa	2.871	3.019
Créditos tributários sobre diferenças temporárias		
Benefício fiscal sobre ágio	617	513
Estimativa para perdas em investimentos, imobilizado e intangível	412	780
Arrendamentos	364	368
Provisões referentes a processos judiciais	343	423
Crédito Fiscal de Investimento (ITC)	229	244
Obrigações para desmobilização de ativos	211	240
PPR - Provisão de participação no resultado	185	230
Outros créditos tributários sobre diferenças temporárias	166	193
Estimativa para perdas de estoques	132	154
Ajuste a valor justo - instrumentos financeiros	90	114
Benefícios sociais	89	94
Uso do bem público - UBP	81	223
Provisão para encargos de energia	81	78
Passivos ambientais	67	110
Provisão para obrigações previdenciárias	41	41
Repactuação do risco hidrológico	35	(104)
Créditos de liquidação para perda estimada	34	75
Instrumentos financeiros - compromisso firme	31	217
Pesquisa Científica e Desenvolvimento Experimental (SR&ED)	24	25
Ajuste de adoção de novas práticas (CPC)	13	11
Diferimento de ganhos em contratos de derivativos	11	465
Deduções - Legislação no Marrocos e Espanha (benefício do governo)	11	15
Outros créditos	208	220
Débitos tributários sobre diferenças temporárias		
Ajustes de vida útil do imobilizado (depreciação)	(3.399)	(2.243)
Mais valia de ativos	(1.275)	(1.632)
Arrendamentos	(395)	(335)
Amortização de ágio	(244)	(353)
Juros capitalizados	(195)	(191)
Ajuste a valor de mercado	(170)	4
Diferimento de perdas em contratos de derivativos	(58)	(2.616)
Ajuste a valor presente	(28)	(30)
Uso do bem público - UBP	(26)	(88)
Diferido sobre ganho por compra vantajosa		(129)
Outros débitos	(69)	(364)
Líquido	487	(229)
Impostos diferidos ativos líquidos de mesma entidade jurídica	3.446	3.707
Impostos diferidos passivos líquidos de mesma entidade jurídica	(2.959)	(3.936)

(c) Efeito do imposto de renda e da contribuição social diferidos no resultado do exercício e no resultado abrangente

	2025	2024
Saldo no início do exercício	(229)	(990)
Efeito no resultado do exercício - operações continuadas	1.290	504
Efeito em outros componentes do resultado abrangente	(574)	257
Saldo no final do exercício	487	(229)

(d) Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos sobre o prejuízo fiscal e base negativa

	2025	Percentual
Em 2026	284	10%
Em 2027	197	7%
Em 2028	1.858	64%
2029 em diante	532	19%
	2.871	100%

22. Provisões

Política contábil

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em processos tributários, cíveis, trabalhistas, ambientais e outras ações judiciais que se encontram em instâncias diversas. As provisões constituídas para fazer face às potenciais perdas decorrentes dos processos em curso são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e quando possuem provisão correspondente são apresentados de forma líquida em "Provisões". Os depósitos judiciais que não possuem provisão correspondente são apresentados no ativo não circulante.

(i) Provisões de natureza tributária, cível, trabalhista, ambiental e ações judiciais

As provisões para as perdas decorrentes de passivos contingentes classificadas como prováveis são reconhecidas contabilmente, desde que: (i) haja uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de eventos passados; (ii) é provável que será necessária uma saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As perdas classificadas como possíveis não são reconhecidas contabilmente, sendo divulgadas nas notas explicativas. As contingências cujas perdas são classificadas como remotas não são provisionadas nem divulgadas, exceto quando, em virtude da relevância do processo, a Companhia e suas controladas considerem sua divulgação justificada. A classificação das perdas entre possíveis, prováveis e remotas, baseia-se na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação (incluindo eventuais honorários advocatícios), a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação, essas variações são reconhecidas no resultado do exercício. As provisões não são reconhecidas com relação às perdas operacionais futuras.

(ii) Obrigação com desmobilização de ativos

A mensuração das obrigações para desmobilização de ativos envolve julgamento sobre diversas premissas. Sob o ponto de vista ambiental, refere-se às obrigações futuras de restaurar/recuperar o meio ambiente, para as condições ecologicamente similares às existentes, antes do início do projeto ou atividade ou de fazer medidas compensatórias, acordadas com os órgãos competentes, em virtude da impossibilidade do retorno a essas condições pré-existentes. Essas obrigações surgem a partir do início da degradação ambiental da área ocupada, objeto da operação ou a partir de compromissos formais assumidos com o órgão ambiental, cuja degradação precisa ser compensada. A desmontagem e retirada da operação de um ativo ocorre quando ele for permanentemente desativado, por meio de sua paralisação, venda ou alienação.

As obrigações consistem principalmente nos custos associados com o encerramento das atividades. O custo de desmobilização de ativos, equivalente ao valor presente da obrigação (passivo), é capitalizado como parte do valor contábil do ativo, que é depreciado ao longo de sua vida útil. Estes passivos são registrados como provisões.

A Companhia e suas controladas reconhecem uma obrigação segundo o valor justo para desmobilização de ativos no período em que elas ocorrerem, tendo como contrapartida o respectivo ativo intangível. A Companhia e suas controladas consideram as estimativas contábeis relacionadas com a recuperação de áreas degradadas e os custos de encerramento de uma mina como prática contábil crítica por envolver valores expressivos de provisão e se tratar de estimativas que envolvem diversas premissas, como taxas de juros, inflação, vida útil do ativo considerando o estágio atual de exaustão, os custos envolvidos e as datas projetadas de exaustão de cada mina. Estas estimativas são revisadas anualmente pela Companhia e suas controladas.

(iii) Obrigação para passivos ambientais

O passivo ambiental deve ser reconhecido quando existe obrigação por parte da Companhia e suas controladas que incorreu em custo ambiental ainda não desembolsado.

(a) Composição e movimentação

	2025						Total
	Processos judiciais			Obrigação para desmobilização de		Outras	
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	ativos			
Saldo no início do exercício	887	285	214	2.442	136	3.964	
Adições	248	131	58	82	54	573	
Reversões	(243)	(67)	(35)	(3)	(10)	(358)	
Depósitos judiciais, líquidos das baixas	56	9	2		1	68	
Liquidações com efeito caixa	(28)	(52)	(27)	(138)	(13)	(258)	
Ajuste a valor presente				196		196	
Atualização monetária, líquida das reversões	115	23	14		(1)	151	
Transferências	27					27	
Variação cambial	(1)			(93)		(94)	
Reavaliação de fluxo de caixa				57		57	
Reclassificação para ativos mantidos para venda	(277)	(89)	(78)	(524)	(34)	(1.002)	
Saldo no final do exercício	784	240	148	2.019	133	3.324	
Circulante	45	67		192	18	322	
Não circulante	739	173	148	1.827	115	3.002	
	784	240	148	2.019	133	3.324	

(b) Provisões tributárias, cíveis, trabalhistas, ambientais, outras e depósitos judiciais remanescentes

	2025				2024			
	Depósitos judiciais	Montante provisionado	Total líquido	Depósitos judiciais remanescentes (i)	Depósitos judiciais	Montante provisionado	Total líquido	Depósitos judiciais remanescentes (i)
Tributárias	(91)	875	784	980	(150)	1.037	887	747
Trabalhistas	(35)	275	240	8	(54)	339	285	25
Cíveis	(8)	156	148	3	(10)	224	214	4
Outras		132	132	21	(1)	137	136	22
	(134)	1.438	1.304	1.012	(215)	1.737	1.522	798

(i) A Companhia e suas controladas possuem saldos depositados em processos classificados pela Administração, seguindo as indicações dos consultores jurídicos da companhia e de suas controladas como de perda remota ou possível, portanto, sem a respectiva provisão.

(c) Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis

A Companhia e suas controladas têm ações envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída.

	2025	2024
Tributárias	11.611	14.736
Cíveis	8.118	7.923
Ambientais	727	733
Trabalhistas e previdenciárias	181	266
	20.637	23.658

(c.1) Comentários sobre passivos contingentes tributários com probabilidade de perda possível

Os principais passivos contingentes relacionados a processos tributários em andamento com probabilidade de perda possível, para os quais não há qualquer provisão contabilizada, são demonstrados e comentados abaixo de acordo com a análise de relevância:

Natureza:	2025	2024
Auto de infração - IRPJ/CSLL (i)	1.810	1.831
IRPJ/CSLL - ganho de capital (ii)	1.679	1.532
IRPJ/CSLL - Lucros no exterior (iii)	1.361	1.066
ICMS neutralidade (iv)	715	700
Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM (vi)	494	330
Glosa de saldo negativo IRPJ/CSLL (vii)	549	551
Auto de infração - ICMS (viii)	176	164
Demais processos	4.827	8.562
	11.611	14.736

(i) Auto de infração – IRPJ e CSLL

A controlada VCSA e suas investidas foram autuadas pela Receita Federal em dezembro de 2016 no valor histórico de R\$ 470, referente a IRPJ e CSLL do exercício de 2011, por suposta dedução indevida de despesas, tendo obtido redução parcial do auto em decisão administrativa e, após sucessivos recursos no CARF, decisão definitiva em julho de 2024 que reduziu o valor autuado e extinguiu parte do crédito, com intimação em novembro de 2024. Em razão disso, foi ajuizada ação cautelar para suspender a exigibilidade do saldo remanescente e, em dezembro de 2025, a correspondente execução fiscal, na qual o valor residual será discutido. Adicionalmente, em dezembro de 2017, a VCSA foi autuada no montante histórico de R\$ 1.295, relativo a IRPJ e CSLL dos exercícios de 2012 e 2013, por suposto ganho de capital em permuta de ativos e amortização indevida de ágio, tendo a autuação sido mantida administrativamente; contudo, com base na Lei nº 14.689/2023, a VCSA liquidou a parcela referente à amortização do ágio, remanescendo, em 31 de dezembro de 2025, discussão administrativa e judicial apenas quanto à infração relacionada à permuta de ativos.

(ii) Ganho de capital – IRPJ e CSLL

Em dezembro de 2024, foram lavrados dois autos de infração pela Receita Federal do Brasil, no valor total de R\$ 1.679, em face da Companhia, relativo ao ano-base 2019, para exigência de IRPJ e de CSLL sobre o suposto ganho de capital da Companhia em operação societária de incorporação de ações. Em janeiro de 2025 foi apresentada impugnação que aguarda julgamento.

(iii) Lucros auferidos no exterior – IRPJ e CSLL

A Companhia e suas controladas possuem autuações lavradas pela Receita Federal do Brasil (RFB), por suposta falta de recolhimento de IRPJ e CSLL, sobre lucros auferidos no exterior por suas controladas ou coligadas. Em 2025 a empresa recebeu dois despachos decisórios, os quais foram objeto de defesa administrativa e aguardam julgamento.

(iv) Processos de créditos de PIS e COFINS

A controlada CBA possui em trâmite despachos decisórios e autos de infração, relativos às glosas de créditos de PIS e COFINS abrangendo discussões sobre apropriação indevida de créditos referente a itens aplicados no processo produtivo; glosa de créditos de PIS-Decretos, entre outros. Esses processos envolvem questionamentos quanto à interpretação normativa e à possibilidade de aproveitamento de créditos, diante de entendimentos divergentes entre a CBA e a Receita Federal.

(v) ICMS: Neutralidade

Entre os anos de 2011 e 2013, foram lavrados sete autos de infração e imposta multa em face de sua controlada Citrovita Agro Industrial Ltda. ("CAI"), visando, principalmente, à cobrança do ICMS creditado, conforme destacado em notas fiscais de transferência entre filiais, com o fim específico de exportação, cujas saídas não são tributadas. Nos últimos anos, houve o encerramento favorável de dois casos; quatro casos tiveram desfecho parcialmente favorável na esfera administrativa, seguindo a discussão no Judiciário; um caso aguarda decisão em última instância administrativa.

(vi) Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais – CFEM

As controladas Nexa, CBA e VCSA possuem diversas autuações lavradas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral – "DNPM" por suposta falta de pagamento ou recolhimento a menor de CFEM, dos períodos de 1991 a 2016.

(vii) Glosa de saldo negativo – IRPJ/CSLL

A Companhia e suas controladas receberam despachos decisórios relativos à glosa de créditos de saldo negativo de IRPJ e CSLL. Em 2025, oito casos tiveram decisão favorável aos interesses da Companhia ou foram encerrados sem desembolso. No entendimento da Administração e na opinião de seus consultores jurídicos independentes, verifica-se que houve equívoco por parte da Receita Federal do Brasil (RFB) quando da apreciação dos valores apresentados pela Companhia e suas controladas, razão pela qual a probabilidade de perda dos processos é considerada possível.

(viii) ICMS sobre encargos de energia elétrica

A controlada CBA possui discussões judiciais no que se refere à incidência de ICMS sobre os encargos setoriais incidentes na tarifa de energia elétrica.

Em março de 2024, o STJ (“Superior Tribunal de Justiça”) julgou favorável à inclusão da TUST e TUSD na base de cálculo do ICMS, foi definido também que haverá a modulação dos efeitos da decisão, sendo que, inicialmente, os critérios definidos não são exaustivos.

Após a publicação do acórdão pelo STJ, foram apresentados embargos de declaração pelas partes visando que o momento inicial para aplicação da modulação seja postergado para a data de publicação do acórdão, que ocorreu em 29 de maio de 2024. Em 23 de agosto de 2024 o STJ julgou improcedente os embargos de declaração opostos pela parte.

Diante da jurisprudência firmada, em outubro de 2024, a CBA realizou a inclusão para pagamento da Certidão de Dívida Ativa (CDA), referente a discussão de ICMS sobre a TUSD em Niquelândia ao Negocie Já, Programa de Anistia do Estado de Goiás, com redução de multas e juros em até 99%.

Os demais processos, nos quais a CBA discute a legalidade das cobranças efetuadas, referem-se a litígios anteriores a março de 2017 — abrangidos pela modulação definida pelo STJ — ou tratam de outros encargos setoriais que não foram objeto da decisão proferida.

(c.2) Comentários sobre passivos contingentes cíveis com probabilidade de perda possível

Os principais passivos contingentes relacionados a processos cíveis em andamento com probabilidade de perda possível, para os quais não há qualquer provisão contabilizada, são demonstrados e comentados abaixo de acordo com a análise de relevância:

Natureza	2025	2024
Ações Cíveis Públicas (ACPs) – decorrentes do PA (i)	7.436	6.532
Demais processos	682	1.391
	8.118	7.923

(i) ACP do Ministério Público do Rio Grande do Norte (ACO-MPR/RN)

Em janeiro de 2012, o Ministério Público Estadual do Rio Grande do Norte (MPE/RN) ajuizou uma ACP contra a controlada VCSA, outras 5 (cinco) cimenteiras e entidades representantes da indústria de cimento e concreto, por suposta violação à lei concorrencial brasileira, com base em Nota Técnica emitida em 2011 pela Secretaria de Direito Econômico (SDE) no âmbito do Processo Administrativo n.º 08012.011142/2006-79 (PA) instaurado pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) em 2006 contra diversas empresas do setor de cimento do Brasil, dentre elas a Companhia, baseado em supostas práticas anticoncorrenciais, incluindo a formação de cartel com outras cimenteiras para fixação de preços e quantidades de produtos.

O MPE/RN fez os seguintes pedidos genéricos: (1) danos morais coletivos de R\$ 5.600 (corrigidos até janeiro de 2012), com solidariedade entre as demandadas, para o Fundo Nacional de Direitos Difusos; (2) dano patrimonial individual homogêneo aos consumidores equivalentes a 10% dos montantes pagos por cimento ou concreto adquiridos pelos consumidores das marcas negociadas pelos demandados entre 2002 e 2006, para liquidação e cobrança individual por cada consumidor; (3) multa de 1% a 30% das receitas brutas do seu último exercício, não inferior às vantagens supostamente auferidas (art. 23, I, Lei nº 8.884/1994); e (4) outros pedidos, dentre eles: (4.i) proibição, por um período de pelo menos 5 (cinco) anos, de obtenção de financiamentos de instituições financeiras governamentais ou da participação em processos de licitação dos governos federal, estadual ou municipal, entidades ou agências governamentais; e (4.ii) determinação para não concessão de parcelamento de tributos federais e cancelamento de incentivos fiscais ou subsídios públicos.

Em agosto de 2018, as preliminares arguidas pelas demandadas foram rejeitadas, tendo os embargos de declaração opostos contra essa decisão julgados em setembro de 2021, confirmando-se tal rejeição. Foi ainda determinada produção de perícia, estabelecendo-se que o ônus da prova do dano é do MPE/RN. Não houve ainda indicação de perito judicial.

Em outubro de 2022, foi proferida decisão pelo juízo do Rio Grande do Norte, reconhecendo a existência de continência entre a ACP-MPE/RN e a ACP-MPF/SP (descrita no item abaixo), a fim de que as ações sejam reunidas no juízo de São Paulo, responsável pelo julgamento da ACP-MPF/SP. Contra essa decisão, foram interpostos recursos pela Companhia, que não tiveram êxito; atualmente, aguarda-se o julgamento dos recursos de outras cortes contra a mesma decisão. Após o julgamento desses recursos das demais partes, e em se confirmando a continência, o processo pode ser direcionado para o juízo de São Paulo para continuar a sua tramitação; caso os recursos sejam providos e seja mantida a competência do juízo do Rio Grande do Norte, a instrução probatória seguirá o seu curso neste juízo. Sem prejuízo do acima exposto, em razão da posterior extinção da ACP-MPF/SP, com resolução de mérito, em razão de prescrição (conforme descrito no item abaixo), é possível que o reconhecimento da continência da ACP-MPE/RN seja considerado prejudicado.

23. Uso do bem público - UBP

Política contábil

O montante é originalmente reconhecido como um passivo financeiro (obrigação) e como um ativo intangível (direito de uso de um bem público), que corresponde ao montante das despesas totais anuais ao longo do período do contrato descontado a valor presente (valor presente dos fluxos de caixa futuros de pagamento).

As controladas possuem ou participam de empresas que detêm contratos de concessão do setor de energia elétrica. Esses contratos preveem, em sua grande maioria, pagamentos anuais a partir do início da operação e reajuste pelo IGPM a título de uso do bem público.

Os contratos apresentam prazo de duração média de 35 anos, e os valores devidos anualmente estão demonstrados a seguir:

Usinas / Empresas	Investidora (i)	Data início da concessão	Data fim da concessão	Data início pagamento	2025			2024		
					Participação	Ativo intangível (Nota 17)	Passivo	Participação	Ativo intangível (Nota 17)	Passivo
Salto Pilião	Companhia Brasileira de Alumínio	abr-02	jan-42	dez-09				60%	126	648
Salto do Rio Verdinho	Companhia Brasileira de Alumínio	dez-02	dez-44	jul-10				100%	5	28
Piraju	Companhia Brasileira de Alumínio	dez-98	nov-38	dez-02				100%	1	6
Ourinhos	Companhia Brasileira de Alumínio	jul-00	nov-38	ago-04				100%	1	6
Fumaça	Companhia Brasileira de Alumínio	jun-96	jun-46					100%	49	83
França	Companhia Brasileira de Alumínio	jun-96	jun-46					100%	37	63
Porto Raso	Companhia Brasileira de Alumínio	jun-96	jun-46					100%	23	40
Serraria	Companhia Brasileira de Alumínio	jun-96	jun-46					100%	16	28
Barra	Companhia Brasileira de Alumínio	jun-96	jun-46					100%	61	147
Capim Branco I e										
Capim Branco II	Pollarix S.A.	ago-01	set-36	out-07	13%	2	12	13%	2	13
Picada	Pollarix S.A.	mai-01	jun-36	jul-06	100%	21	92	100%	22	99
Pedra do Cavalo	Votorantim Cimentos N/NES.A.	mar-02	abr-44	abr-06	100%	78	586	100%	84	641
						<u>101</u>	<u>690</u>		<u>427</u>	<u>1.802</u>
Circulante							66			146
Não circulante						<u>101</u>	<u>624</u>		<u>427</u>	<u>1.656</u>
						<u>101</u>	<u>690</u>		<u>427</u>	<u>1.802</u>

- (i) Os saldos atrelados a Companhia Brasileira de Alumínio foram transferidos para ativos mantidos para venda em 2025 conforme operação descrita nas notas 2.2(d), 2.4 e 30.

24. Benefícios pós-emprego

Política contábil

A Companhia, por meio das controladas, participa de planos de pensão, administrados por entidade fechada de previdência privada, que provêm a seus empregados benefícios pós-emprego.

O passivo com relação aos planos de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, com o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando-se taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e têm prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão. Em países, como o Brasil, onde não existe mercado ativo em tais obrigações, são utilizadas as taxas de mercado sobre títulos do governo.

Ganhos e perdas decorrentes de mudanças nas premissas atuariais em planos de pensões são reconhecidos em "Ajustes de avaliação patrimonial", no período em que ocorrerem.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado, a menos que as mudanças do plano de pensão estejam condicionadas à permanência do funcionário no emprego, por um período específico (o período no qual o direito é adquirido). Nesse caso, os custos de serviços passados são amortizados pelo método linear durante o período em que o direito foi adquirido.

Para os planos de contribuição definida, as controladas da Companhia pagam contribuições para os administradores dos planos de pensão em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. O grupo não tem mais obrigações de pagamento uma vez que as contribuições tiverem sido pagas. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando são devidas. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

A Companhia possui controladas com planos de contribuição definido para seus empregados. Algumas subsidiárias, no entanto, possuem plano de benefício definido.

A tabela abaixo demonstra onde estão alocados os saldos e atividades referentes ao benefício pós-emprego na demonstração financeira consolidada:

	2025	2024
Direito registrado no balanço patrimonial		
Benefícios de plano de pensão	84	93
Ativo registrado no balanço patrimonial	84	93
Obrigações registradas no balanço patrimonial com:		
Benefícios de plano de pensão	60	68
Benefícios de saúde pós-emprego	307	325
Passivo registrado no balanço patrimonial	367	393
Despesas reconhecidas no resultado do exercício com:		
Plano de pensão de benefício definido	5	2
Benefícios de saúde pós-emprego	16	15
	21	17
Reavaliações com:		
Benefícios de plano de pensão - valor bruto	9	(3)
Benefícios de saúde pós-emprego	9	8
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2	2
Benefícios de plano de pensão - valor líquido	20	7

(a) Plano de contribuição previdenciária definida

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de pensão previdenciários privados que são administrados pela Fundação Senador José Ermírio de Moraes (Funsejem), um fundo de pensão privado e sem fins lucrativos, que está disponível para todos os empregados. De acordo com o regulamento do fundo, as contribuições dos empregados à Funsejem são definidas de acordo com sua remuneração. Para empregados que possuam remuneração menor do que os limites estabelecidos pelo regulamento, a contribuição definida é de até 1,5% de sua remuneração mensal. Para empregados que possuam remuneração superior aos limites, a contribuição definida é de até 6% da sua remuneração mensal. Podem ser feitas também contribuições voluntárias à Funsejem. Após terem sido efetuadas as contribuições ao plano, nenhum pagamento adicional é exigido pela Companhia.

(b) Plano de benefício previdenciário definido

A Companhia possui controladas com planos de benefícios previdenciários definidos na América do Norte, América do Sul e Europa, que seguem padrões regulatórios similares. Os planos de benefícios previdenciários definidos oferecem também assistência médica e seguro de vida, entre outros. O custo dos benefícios por aposentadoria e outros benefícios desses planos, concedidos aos empregados elegíveis, é determinado através do método do benefício projetado "pro rata", tomando como base a melhor estimativa da Administração para o retorno dos ativos do plano, reajuste de salários, tendências de custos e as taxas de mortalidade e idade média de aposentadoria dos empregados.

A movimentação da obrigação do benefício definido e do valor justo dos ativos do plano durante o exercício é demonstrada a seguir:

	Valor presente das obrigações financiadas e não financiadas			Impacto no requerimento mínimo dos fundos/limite do ativo	
	Valor justo dos ativos do plano	Total		ativo	Total
Em 1º de janeiro de 2025	980	(646)	334	(12)	322
Custo do serviço corrente	9		9		9
Despesa (receita) financeira	61	(39)	22	3	25
Custo do serviço passado e reduções nos benefícios	(3)		(3)		(3)
	67	(39)	28	3	31
Reavaliações:					
Retorno dos ativos, excluindo a quantia incluída como receita financeira		(2)	(2)		(2)
Perdas decorrentes de mudanças nas premissas demográficas	17		17		17
Perdas decorrentes de mudanças das premissas financeiras	1		1		1
Perdas (ganhos) decorrentes da experiência	(16)		(16)		(16)
Mudanças no limite do ativo, excluindo a quantia incluída como despesa financeira				(21)	(21)
	2	(2)		(21)	(21)
Variações cambiais	154	(115)	39		39
Contribuições		8	8		8
Pagamento de benefícios	(79)	68	(11)		(11)
Operações descontinuadas	(68)		(68)		(68)
Em 31 de dezembro de 2025	1.056	(726)	330	(30)	300

A obrigação de benefício definido e ativos do plano estão compostos, por região, conforme abaixo:

	2025					2024				
	Brasil	Europa	América do Norte	América Latina	Total	Brasil	Europa	América do Norte	Uruguai	Total
Valor presente de obrigações financiadas	324		560		884	182		629		811
Valor justo de ativos do plano	(190)		(644)		(834)	(51)		(723)		(774)
(Déficit) superávit de planos financiados	134		(84)		50	131		(94)		37
Valor presente de obrigações não-financiadas		13	201	4	218		15	233	4	252
(Déficit) superávit total de planos de benefícios previdenciários	134	13	117	4	268	131	15	139	4	289
Impacto do requerimento mínimo do fundo / máximo dos ativos	15				15	11				11
Passivo líquido do ativo	149	13	117	4	283	142	15	139	4	300

As premissas atuariais usadas foram as seguintes:

	2025				2024			
	Brasil	Europa e Ásia	América do Norte	América Latina	Brasil	Europa, Ásia e África	América do Norte	América Latina
Taxa de desconto	10,98%	27,70%	4,97%	7,41%	10,70%	27,70%	4,84%	7,71%
Taxa da inflação	3,50%	24,90%	2,00%	5,49%	3,50%	24,90%	2,00%	5,49%
Retorno esperado sobre os ativos do plano								
Aumentos salariais futuros	3,55%	24,90%	2,50%	3,41%	3,55%	24,90%	2,50%	3,41%

Abaixo é demonstrado a sensibilidade da obrigação às mudanças nas principais premissas, mantendo as outras premissas constantes:

	2025			2024		
	Mudança na premissa	Aumento na premissa	Redução na premissa	Mudança na premissa	Aumento na premissa	Redução na premissa
Taxa de desconto	0,50%	Diminuição de 4,76%	Aumento de 5,23	0,50%	Diminuição de 5,04%	Aumento de 5,27%
Aumentos salariais futuros	0,50%	Aumento de 0,33%	Diminuição de 0,32%	0,50%	Aumento de 0,32%	Diminuição de 0,32%
		Aumento de 1 na premissa	Redução de 1 na premissa		Aumento de 1 na premissa	Redução de 1 na premissa
Expectativa de vida		Aumento de 3,20%	Diminuição de 3,16%		Diminuição de 2,91%	Aumento de 2,87%

(c) Plano de benefício definido e assistência médica pós-emprego

A Companhia opera planos de benefícios de saúde pós-emprego através de suas controladas indiretas na América do Norte, VCNA, e na Europa, VCEA. O método de contabilização, as premissas e a frequência das avaliações são semelhantes àquelas usadas para os planos de pensão de benefício definido. A maioria desses planos não é financiada. As obrigações referentes a estes planos estão incluídas na movimentação das obrigações de benefício definido, apresentada anteriormente.

25. Patrimônio líquido

Política contábil

(i) Capital social

É representado por ações ordinárias que são classificadas no patrimônio líquido.

(ii) Distribuição de dividendos

É reconhecido como um passivo nas demonstrações financeiras ao fim do exercício, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório, 25% do lucro do exercício deduzido de reserva legal, somente é provisionado na data de aprovação pelos acionistas em Assembleia Geral. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de dividendos.

(iii) Lucro líquido (prejuízo) básico por ação

É calculado dividindo o lucro líquido (prejuízo) atribuído aos acionistas controladores pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação para cada período. A média ponderada de ações é calculada com base nos períodos nos quais as ações estavam em circulação.

(iv) Reserva legal e reserva de retenção de lucros

A reserva legal é constituída pela apropriação de 5% do lucro líquido do exercício social ou saldo remanescente, limitado a 20% do capital social. Sua finalidade é assegurar a integridade do capital social. Ela poderá ser utilizada somente para compensar prejuízo e aumentar o capital. Quando a Companhia apresentar prejuízo no exercício, não haverá constituição de reserva legal.

A reserva de retenção de lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido no plano de investimentos da Companhia.

(v) Reserva para incentivos fiscais

A reserva de incentivos fiscais é creditada com os benefícios de incentivos fiscais, que são reconhecidos na demonstração do resultado do ano e alocados de lucros acumulados para esta reserva. Esses incentivos não são incluídos no cálculo do dividendo mínimo obrigatório.

(vi) Ajuste de avaliação patrimonial

Os ajustes de avaliação patrimonial incluem:

- (a) Parcela efetiva da variação líquida acumulada do valor justo dos instrumentos de *hedge* utilizados em *hedge* de fluxo de caixa até o reconhecimento dos fluxos de caixa que foram protegidos;
- (b) Ajustes acumulados de conversão com as diferenças de câmbio decorrentes da conversão das demonstrações financeiras de operações no exterior;
- (c) Parcela efetiva com diferenças de câmbio de *hedge* de investimentos líquidos da Companhia em uma operação no exterior; e
- (d) Perdas (ganhos) atuariais e mensurações com benefícios de aposentadoria.

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, o capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia era de R\$ 28.656, composto por 18.278.788.894 de ações ordinárias nominativas.

(b) Dividendos

Os dividendos mínimos obrigatórios de R\$ 216 calculados com base no lucro do exercício de 2024, foram revertidos com base em decisão dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária e foram retidos no patrimônio líquido da Companhia.

Durante o exercício de 2025, a Companhia deliberou o pagamento à sua controladora Hejoassu Administração S.A. conforme disposto na nota 1.1.1 (a).

A Companhia reconheceu os dividendos mínimos obrigatórios referente ao exercício de 2025, no montante de R\$ 865, conforme detalhado no quadro a seguir:

	2025	2024
Lucro líquido atribuível aos acionistas controladores	3.642	910
(-) Reserva legal	(182)	(45)
Base de cálculo para dividendos	3.460	865
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	865	216
Destinação		
Dividendo mínimo obrigatório	865	216
Total de distribuições do exercício	865	216
Reserva de lucros	2.595	649
Total de destinações	3.460	865
Distribuição aos acionistas		
Reversão de dividendos de exercícios anteriores	(216)	(83)
Dividendos distribuídos com base em lucros de exercícios anteriores	4.316	940
	4.100	857
Total de distribuições do exercício e contribuição aos acionistas	4.965	1.073
Dividendos por lote de mil ações (em reais)	267,79	58,70

VOTORANTIM NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 | Em milhões de reais

(c) Ajustes de avaliação patrimonial

	Atribuível aos acionistas controladores							Total
	Variação cambial de investimento no exterior	Hedge accounting de investimentos líquidos no exterior	Hedge accounting operacional de controladas, líquido de efeitos tributários	Valor justo de ativos disponíveis para venda	Valor justo das ações	Reavaliações com benefícios de aposentadoria	Outros componentes do resultado abrangente	
Em 1º de janeiro de 2024	8.809	(5.343)	(39)	299	(116)	(282)	228	3.556
Variação cambial de investidas no exterior - operações continuadas	6.363							6.363
Hedge accounting de investimentos no exterior, líquido de efeitos tributários		(178)						(178)
Hedge accounting operacional de controladas, líquido de efeitos tributários			(477)					(477)
Ajuste a valor justo das ações, líquido de efeitos tributários					(197)			(197)
Valor justo de ativos disponíveis para venda de investimentos				(141)				(141)
Reavaliações dos benefícios de aposentadoria, líquidas de efeitos tributários						232		232
Realização de abrangente - ações					(180)			(180)
Participação nos outros resultados abrangentes das investidas							(22)	(22)
Realização de participação em outros resultados abrangentes das investidas							(348)	(348)
Em 31 de dezembro de 2024	15.172	(5.521)	(516)	158	(493)	(50)	(142)	8.608
Variação cambial de investidas no exterior - operações continuadas	(2.364)							(2.364)
Hedge accounting de investimentos no exterior, líquido de efeitos tributários		100						100
Hedge accounting operacional de investidas, líquido de efeitos tributários			368					368
Ajuste a valor justo de ações, líquido dos efeitos tributários					43			43
Valor justo de ativos disponíveis para venda de investimentos				147				147
Realização de abrangente - ações					450			450
Reavaliações dos benefícios de aposentadoria, líquidas de efeitos tributários						(9)		(9)
Participação nos outros resultados abrangentes das investidas							(32)	(32)
Realização de participação em outros resultados abrangentes das investidas	40	125						165
Em 31 de dezembro de 2025	12.848	(5.296)	(148)	305		(59)	(174)	7.476

VOTORANTIM NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
Exercício findo em 31 de dezembro de 2025 | Em milhões de reais

(d) Participação dos acionistas não controladores

							2025
	Participação dos acionistas não controladores (%)	Ativo		Passivo		Patrimônio Líquido atribuído aos acionistas não controladores	
		circulante	não circulante	circulante	não circulante		
Nexa Resources S.A.	35,33%	723	5.295	1.570	2.437	2.011	
St Marys Cement Inc.	17,00%	436	2.339	362	1.061	1.352	
Companhia Brasileira de Alumínio	31,40%	1.157	2.936	635	2.111	1.347	
Nexa Resources Perú S.A.A	45,96%	767	1.272	430	308	1.301	
Cementos Artigas S.A.	49,00%	109	297	62	83	261	
Yacuces, S.L.	49,00%		206			206	
Itacamba Cimento S.A.	33,33%	127	256	80	129	174	
CBA Energia Participações S.A.	33,33%	53	199	35		217	
Pollarix S.A.	33,33%	163	222	135	28	222	
Outros		51	21			72	
		3.586	13.043	3.309	6.157	7.163	

							2024
	Participação dos acionistas não controladores (%)	Ativo		Passivo		Patrimônio Líquido atribuído aos acionistas não controladores	
		circulante	não circulante	circulante	não circulante		
Nexa Resources S.A.	35,32%	1.171	4.609	1.234	2.703	1.843	
St Marys Cement Inc.	17,00%	498	2.443	440	1.012	1.489	
Companhia Brasileira de Alumínio	32,40%	1.176	2.915	647	2.256	1.188	
Nexa Resources Perú S.A.A	16,27%	879	1.067	376	300	1.270	
Cementos Artigas S.A.	49,00%	104	311	61	86	268	
Yacuces, S.L.	49,00%		196			196	
Itacamba Cimento S.A.	33,33%	120	272	66	170	156	
CBA Energia Participações S.A.	66,67%	22	206			228	
Pollarix S.A.	66,67%	89	246	34	46	255	
Outros		24	206	4		226	
		4.083	12.471	2.862	6.573	7.119	

26. Receita líquida dos produtos vendidos e dos serviços prestados

Política contábil

A receita representa o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de bens no curso normal das atividades de suas controladas. A receita é mostrada líquida do imposto sobre valor agregado, devoluções e descontos, após a eliminação das vendas entre as empresas consolidadas.

As controladas reconhecem a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e (iii) critérios específicos tenham sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia e de suas controladas.

A receita não será considerada medida de forma confiável se todas as condições de venda não forem resolvidas. As controladas baseiam suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificidades de cada acordo.

O reconhecimento de receita é baseado nos seguintes princípios:

(i) Venda de produtos e serviços

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas consolidadas.

(ii) Venda de energia elétrica

Os contratos de venda de energia das controladas e coligadas da Companhia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o Sistema Integrado Nacional (SIN).

O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida para a controlada VCSA.

Os mecanismos explicados acima resultam no reconhecimento da receita bruta, ao seu valor justo, apresentada líquida de qualquer imposto sobre venda, na medida em que for provável que benefícios econômicos fluirão para a controlada VCSA.

(a) Reconciliação das receitas

	2025	2024
Venda bruta		
Vendas de produtos no Brasil	22.665	20.718
Vendas de produtos fora do Brasil	29.479	27.597
Comercialização de energia elétrica	106	13
Venda de serviços	2.638	1.935
	54.888	50.263
Impostos sobre vendas, serviços e outras deduções	(7.295)	(6.585)
Receita líquida dos produtos vendidos e dos serviços prestados	47.593	43.678

(b) Informações sobre áreas geográficas

A abertura da receita líquida por destino é baseada na localização dos clientes. As receitas líquidas de suas controladas classificadas por destino e por moeda são demonstradas como segue:

(i) Receita líquida por país de destino

	2025	2024
Brasil	18.888	16.744
Estados Unidos	7.537	6.496
Peru	5.368	4.507
Canadá	2.422	2.702
Argentina	1.605	2.309
Espanha	2.548	2.201
Turquia	1.785	1.727
Cingapura	1.147	1.284
Suíça	748	1.223
Bolívia	721	495
Coréia do Sul	551	329
Outros países	4.273	3.661
	47.593	43.678

(ii) Receita líquida por moeda

	2025	2024
Real	17.861	15.902
Dólar americano	20.456	18.286
Dólar canadense	2.422	2.672
Euro	2.871	2.473
Peso argentino	1.159	1.865
Lira turca	1.615	1.615
Boliviano	706	487
Outras moedas	503	378
	47.593	43.678

27. Abertura do resultado por natureza

				2025
	Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total
Matérias-primas, insumos e materiais de consumo	15.953	116	71	16.140
Despesas com benefícios a empregados	4.481	612	1.556	6.649
Depreciação, amortização e exaustão	4.253	80	94	4.427
Despesas de transporte	4.978	158	1	5.137
Serviços de terceiros	4.807	156	725	5.688
Outras despesas	2.494	256	366	3.116
	36.966	1.378	2.813	41.157

				2024
	Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total
Matérias-primas, insumos e materiais de consumo	17.419	92	121	17.632
Despesas com benefícios a empregados	3.368	585	1.394	5.347
Depreciação, amortização e exaustão	4.087	60	114	4.261
Despesas de transporte	4.592	86	3	4.681
Serviços de terceiros	3.541	110	717	4.368
Outras despesas	1.190	315	306	1.811
	34.197	1.248	2.655	38.100

(a) Despesas com benefícios a empregados

	2025	2024
Remuneração direta	4.141	3.453
Encargos sociais	1.527	1.177
Benefícios	981	717
	6.649	5.347

(i) Assistência médica (pós-emprego) – Benefícios a empregados

O passivo relacionado ao plano de assistência médica aos aposentados é registrado pelo valor presente da obrigação, menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustado por ganhos e perdas atuariais e custos de serviços passados, de forma similar à metodologia contábil usada para os planos de pensão de benefício definido. A obrigação da assistência médica pós-aposentadoria é calculada anualmente por atuários independentes. O valor presente da obrigação de benefício de assistência médica pós-aposentadoria é determinado pela estimativa de saída futura de caixa.

Ganhos e perdas decorrentes de mudanças nas premissas atuariais são reconhecidos integralmente em "Ajustes de avaliação patrimonial", no período em que ocorrerem.

(ii) Participação dos empregados no resultado – Benefícios a empregados

São registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Essas provisões são calculadas com base em metas qualitativas e quantitativas definidas pela Administração e contabilizadas no resultado como "Benefícios a empregados".

28. Outros resultados operacionais

	2025	2024
Reversão de <i>impairment</i> de imobilizado e intangível	510	261
Benefícios fiscais	417	346
Contratos futuros de energia	60	(10)
Recuperação de tributos	6	694
Receita líquida na venda de resíduos e sucata	62	36
Receita de aluguéis e arrendamentos	38	55
Reembolsos de seguros	38	13
Ganho (perda) com operações de <i>hedge</i>	1	(676)
Reavaliação de fluxo de caixa e reavaliação de taxa de ARO	(4)	50
Perda líquida na venda de imobilizado e intangível	30	(446)
Royalties de mineração e direito de exploração	(120)	(91)
Provisões judiciais, líquidas	(211)	(71)
Instrumentos financeiros - <i>offtake agreement</i>	(272)	(5)
Gastos com projetos	(322)	(271)
Acordo celebrado com o CADE		(1.093)
Outras receitas (despesas) líquidas	198	14
	431	(1.194)

29. Resultado financeiro líquido

Política contábil

(i) Receitas (despesas) financeiras

Compreendem os valores de juros sobre empréstimos e sobre aplicações financeiras, variação monetária e cambial ativa e passiva, vinculada aos empréstimos com instrumento de *swap*, resultado de variação cambial líquido dos ganhos e das perdas com instrumentos financeiros derivativos (*swap* contratado) e descontos diversos que são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência.

(ii) Variação cambial

Uma transação em moeda estrangeira deve ser reconhecida contabilmente, no momento inicial, pela moeda funcional, mediante a aplicação da taxa de câmbio à vista entre a moeda funcional e a moeda estrangeira, na data da transação, sobre o montante em moeda estrangeira.

Ao término de cada período de reporte os itens monetários em moeda estrangeira devem ser convertidos, usando-se a taxa de câmbio de fechamento.

As variações cambiais advindas da liquidação de itens monetários ou da conversão de itens monetários por taxas diferentes daquelas pelas quais foram convertidos quando da mensuração inicial, durante o período ou em demonstrações financeiras anteriores, devem ser reconhecidas na demonstração do resultado no exercício em que surgirem.

	2025	2024
Receitas financeiras		
Receita de aplicações financeiras	820	692
Instrumentos financeiros derivativos	363	390
Reversão de atualização de provisões passivas	327	194
Juros sobre ativos financeiros	155	158
Atualização monetária sobre ativos	55	87
Valor justo dos empréstimos e financiamentos	77	237
Ganho na negociação de dívidas	18	16
Comissão sobre securitização de recebíveis	46	42
Atualização monetária sobre depósitos judiciais	30	
Juros e atualização monetária - UBP	29	1
Atualização do valor justo da <i>put option</i>	28	144
Descontos obtidos	10	11
Outras receitas financeiras	219	170
	2.177	2.142
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(2.054)	(1.705)
Capitalização de juros sobre empréstimos	136	67
<i>Impairment</i> do valor justo - <i>put option</i>	(1.499)	
Instrumentos financeiros derivativos	(560)	(259)
Atualização monetária sobre provisões	(886)	(313)
Juros e atualização monetária sobre ARO	(167)	(164)
Valor justo dos empréstimos, financiamentos e debêntures	(109)	(107)
Atualização monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	(148)	
Despesas de captação	(52)	(119)
PIS/COFINS sobre resultado financeiro	(202)	(107)
Ajuste a valor presente de contratos - IFRS 16	(103)	(139)
Encargos sobre securitização de recebíveis	(102)	(112)
Comissões sobre operações financeiras	(144)	(118)
Juros e atualização monetária - UBP	(24)	(53)
Ajuste a valor presente	(52)	(26)
Encargos sobre operações de desconto	(45)	(32)
Juros pagos de arrendamento	(58)	(48)
Juros sobre streaming de prata	(37)	(35)
IR sobre remessas de juros ao exterior	(9)	(19)
Encargos na renegociação de dívidas	(7)	(3)
Outras despesas financeiras	(662)	(524)
	(6.784)	(3.816)
Ganho (perda) monetária líquida na subsidiária hiperinflacionária	41	89
Variações cambiais, líquidas	417	(1.333)
	458	(1.244)
Resultado financeiro líquido	(4.149)	(2.918)

30. Ativos mantidos para venda e operações descontinuadas

Com a assinatura em janeiro de 2026 do contrato de venda das ações detidas pela Companhia da controlada CBA, o investimento foi reclassificado como ativo mantido para venda e seus resultados como operações descontinuadas.

(a) Ativos e passivos classificados como mantidos para venda - CBA

	2025	2024
Ativo		
Caixa e equivalentes de caixa	1.268	1.142
Aplicações financeiras	109	385
Instrumentos financeiros derivativos	546	179
Contas a receber de clientes	632	494
Estoques	2.046	2.163
Tributos a recuperar	829	893
Imposto de renda e contribuição social diferidos	564	875
Investimentos	232	238
Imobilizado	6.449	6.253
Intangível	873	868
Direito de uso em arrendamentos	201	171
Outros ativos	217	172
Ativos classificados como mantidos para venda	13.966	13.833
Passivo		
Fornecedores	1.087	1.124
Risco sacado a pagar	218	178
Empréstimos, financiamentos e debêntures	4.276	4.629
Instrumentos financeiros derivativos	727	806
Arrendamentos	219	184
Salários e encargos sociais	208	221
Provisões	1.002	842
Uso do bem público - UBP	1.043	1.051
Contratos futuros de energia	257	551
Outros passivos	415	235
Passivos relacionados a ativos mantidos para venda	9.452	9.821

(b) Resultado de operações descontinuadas - CBA

	2025	2024
Receita líquida dos produtos vendidos e dos serviços prestados	8.789	8.174
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(8.047)	(7.314)
Lucro bruto	742	860
Receitas (despesas) operacionais	(297)	(329)
Lucro operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro	445	531
Resultado de participações societárias	134	129
Resultado financeiro líquido	(226)	(1.018)
Imposto de renda e contribuição social	(123)	286
Lucro líquido (prejuízo) das operações descontinuadas	230	(72)

Além das operações descontinuadas da CBA, a Companhia reconhece, em sua demonstração consolidada do resultado, os efeitos das operações descontinuadas na Tunísia e no Marrocos, nos montantes de R\$ 892 em 31 de dezembro de 2025 e R\$ 219 em 31 de dezembro de 2024. As referidas operações foram encerradas em junho de 2025, conforme Nota 1.1.2(b).

(c) Fluxos de caixa das operações descontinuadas - CBA

	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.142	1.350
Fluxo de caixa das atividades operacionais	767	526
Fluxo de caixa das atividades de investimentos	(332)	(359)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos	(265)	(496)
Total dos fluxos de caixa	170	(329)
Variação cambial em caixa e equivalentes de caixa	(44)	121
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.268	1.142

(d) Ativos e passivos classificados como mantidos para venda - Citrosuco

Em dezembro de 2025, com a celebração do Contrato de Compra e Subscrição de Ações prevendo a entrada da Golden Participações em Commodity S.A. na Citrosuco por meio de (i) aporte de capital e (ii) aquisição de participação dos atuais acionistas (Nota 1.1.2 (e)), a Companhia reclassificou a parcela proporcional do investimento da Citrosuco para ativos mantidos para venda. A parcela remanescente do investimento permanece sendo reconhecida pelo método de equivalência patrimonial.

31. Benefícios fiscais

As controladas possuem incentivos fiscais enquadrados em determinados programas de desenvolvimento industrial estaduais e federais. Com relação aos programas estaduais, estes têm por objetivo atrair investimentos industriais visando a descentralização regional, promover a geração de emprego e renda, além de complementar e diversificar a matriz industrial dos estados, estes incentivos fiscais são aprovados pelos estados na forma de financiamento com percentual de até 75%, crédito presumido com percentual de até 95% e diferimento do pagamento de impostos ou reduções parciais do valor devido para importações de ativos e insumos.

32. Gestão de capital

Os índices de alavancagem financeira são calculados de acordo com as informações das investidas industriais, considerando a base das informações do resultado acumulado de 12 meses, conforme cláusulas restritivas de empréstimos.

As informações apresentadas a seguir não incluem os saldos do segmento de Alumínio, em razão de sua reclassificação para o grupo de ativos mantidos para venda (Nota 30).

	Nota	Investidas Industriais (i)	
		2025	2024
Dívida líquida			
Empréstimos, financiamentos e debêntures	18 (a)	25.823	25.884
Arrendamentos	19 (b)	2.534	2.184
Caixa e equivalentes de caixa		(13.715)	(13.577)
Aplicações financeiras		(2.868)	(2.944)
Instrumentos financeiros derivativos	6.1.1 (a)	(89)	(133)
Dívida líquida (A)		11.685	11.414
Ebitda ajustado			
Lucro líquido das operações continuadas		3.711	684
Adições (exclusões):			
Operações continuadas			
Equivalência patrimonial		(1.259)	(792)
Resultado financeiro líquido		4.114	2.887
Imposto de renda e contribuição social		304	1.609
Depreciação, amortização e exaustão		4.609	4.312
Ebitda antes de outras adições e itens excepcionais		11.479	8.700
Adições:			
Dividendos recebidos		469	752
Itens excepcionais			
Acordo celebrado com o CADE			1.093
Ganho líquido na venda de investimentos		(83)	(79)
Perda na venda de imobilizado			156
Marcação a mercado de contratos futuros de energia		(50)	10
Reversão de <i>impairment</i> de imobilizado e intangível		(510)	(262)
<i>Offtake Agreement</i>		246	(13)
Receitas (despesas) pós operações de M&A		56	105
Outros		(77)	51
Ebitda anualizado ajustado (B)		11.530	10.513
Índice de alavancagem financeira (A/B)		1,01	1,09

(i) Os saldos não poderão ser conciliados com as demais notas explicativas em decorrência das investidas não industriais que são contempladas no consolidado (Nota 2.2).

33. Eventos subsequentes

(a) Aumento de capital da Hypera S.A.

Em janeiro de 2026, a Hypera S.A., aprovou um aumento de capital privado de até R\$ 1.500, mediante a emissão de até 70,6 milhões de ações ordinárias ao preço de R\$ 21,25 (reais) por ação. O aumento poderá ser homologado parcialmente, desde que atingido o valor mínimo de R\$ 1.150. A operação tem como objetivo fortalecer a estrutura de capital da Hypera, com redução do endividamento líquido e ampliação da capacidade de investimento. No contexto do exercício do direito de preferência e eventual subscrição de sobras, a Companhia assumiu o compromisso de subscrever ações no montante de até R\$ 1.000, assegurando o aporte do valor mínimo estabelecido.

(b) Aprovação de dividendos para a Hejoassu Administração S.A.

Em janeiro de 2026 a Companhia deliberou a distribuição de dividendos à sua controladora Hejoassu Administração S.A., no valor de R\$ 54, a serem destacados do saldo da conta de reserva de lucros acumulados de exercícios anteriores, os quais foram pagos no mesmo mês.

(c) Distribuição de Juros sobre Capital Próprio ("JCP") pela controlada indireta em conjunto Banco Votorantim S.A. ("Banco BV")

Em janeiro de 2026, foi efetuado o pagamento de JCP aos acionistas, no montante líquido de R\$ 72, referente aos resultados apurados no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. Foi destinado a cada acionista o valor de R\$ 36.

(d) Venda das operações do segmento de alumínio – Companhia Brasileira de Alumínio ("CBA")

Em 29 de janeiro de 2026, a Companhia celebrou contrato para a alienação da totalidade de sua participação acionária na investida CBA, correspondente a 446.606.615 ações, representando 68,60% de participação.

A operação prevê a transferência do bloco de controle à Aluminum Corporation of China Limited (Chalco) e à Rio Tinto, pelo valor base de R\$ 10,50 (dez reais e cinquenta centavos) por ação, totalizando R\$ 4.700, sujeito a ajuste previsto contratualmente.

A conclusão da operação está condicionada ao cumprimento de aprovações regulatórias e concorrenciais, incluindo aquelas perante o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e outras autoridades antitruste, além de aprovações junto à ANEEL e à CCEE e a autoridades chinesas, conforme divulgado ao mercado.

A Companhia continuará acompanhando a evolução das etapas necessárias ao fechamento da operação e divulgará informações adicionais quando requeridas pelas normas contábeis e regulatórias aplicáveis.

